



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

DAVID EMANUEL PAULO DA SILVA

**IMPLICAÇÕES REGIONAIS E TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS URBANAS
PÓS INSERÇÃO DO CAMPUS DO IFPB NO MUNICÍPIO DE ESPERANÇA/PB**

CAMPINA GRANDE - PB

2024

DAVID EMANUEL PAULO DA SILVA

IMPLICAÇÕES REGIONAIS E TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS URBANAS PÓS
INSERÇÃO DO CAMPUS DO IFPB NO MUNICÍPIO DE ESPERANÇA/PB

Trabalho de Conclusão Curso (Monografia)
apresentado ao Curso de Licenciatura em
Geografia a do Centro de Humanidades da
Universidade Federal de Campina Grande,
como requisito parcial para obtenção do
título de Licenciado(a) em Geografia.

Área de Concentração: Geografia Urbana.

Orientador: Professor Dr. Thiago Romeu de Souza

CAMPINA GRANDE - PB

2024

S586i Silva, David Emanuel Paulo da.

Implicações regionais e transformações territoriais urbanas pós inserção do campus do IFPB no município de Esperança/PB / David Emanuel Paulo da Silva. – Campina Grande, 2024.

82 f. : il. color.

Monografia (Licenciatura em Geografia) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2024.

"Orientação: Prof. Dr. Thiago Romeu de Souza".

Referências.

1. Geografia Urbana. 2. Crescimento Urbano. 3. Desenvolvimento Urbano – IFPB – Esperança-PB. I. Souza, Thiago Romeu de. II. Título.

CDU 911.375(043)

DAVID EMANUEL PAULO DA SILVA

IMPLICAÇÕES REGIONAIS E TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS URBANAS PÓS
INSERÇÃO DO CAMPUS DO IFPB NO MUNICÍPIO DE ESPERANÇA/PB

Trabalho de Conclusão Curso (Monografia, Artigo ou Recurso Didático) apresentado ao Curso de Licenciatura em Geografia a do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado(a) em Geografia.

BANCA EXAMINADORA:

Documento assinado digitalmente



THIAGO ROMEU DE SOUZA

Data: 07/06/2024 12:29:45-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Professor Dr. Thiago Romeu de Souza.
Orientador – UAG/CH/UFCG

Professor M.e. Adjael Maracajá de Lima.
Examinador Externo I – CCHLA/UFRN

Documento assinado digitalmente



LINCOLN DA SILVA DINIZ

Data: 10/06/2024 16:28:15-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Professor Dr. Lincoln da Silva Diniz.
Examinador II – UAG/CH/UFCG

Trabalho aprovado em: 24 de maio de 2024.

CAMPINA GRANDE - PB

Àqueles que acreditaram ser possível o que me propus a fazer e que aguardaram com confiança a concretização dos meus objetivos, dedico este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, expresso minha gratidão à minha família, especialmente aos meus pais, irmãos, e avós, a quem dedico todas as coisas. Por vezes, estive ausente devido ao trabalho e à vida acadêmica. Contudo, sempre senti o apoio incondicional deles, sustentando a crença de que eu alcançaria sucesso em meus empreendimentos.

Ao meu orientador, professor Thiago Romeu de Souza, agradeço por sua dedicação e amizade ao longo do desenvolvimento deste trabalho. Seu suporte foi essencial nesta jornada.

Aos demais professores da Unidade Acadêmica de Geografia da Universidade Federal de Campina Grande, sou grato pelas aulas, pelas correções, pelos ensinamentos e pela paciência que me orientaram em meu processo de formação acadêmica e profissional.

Aos meus colegas de curso, com quem compartilhei experiências e conhecimentos, agradeço pelo companheirismo que foi vital para o meu crescimento pessoal e acadêmico. Ao longo deste percurso, as relações se fortaleceram e muitas se transformaram em amizades para toda a vida. Certamente, levarei essas memórias comigo e serei eternamente grato por tudo.

“O direito à cidade é muito mais do que a liberdade individual de acesso aos recursos urbanos: é o direito de nos mudarmos mudando a cidade. É, além disso, um direito comum e não individual, uma vez que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo para remodelar os processos de urbanização. A liberdade de fazer e refazer as nossas cidades e a nós mesmos é, quero argumentar, um dos nossos direitos humanos mais preciosos, mas mais negligenciados.”

David Harvey.

RESUMO

As cidades de pequeno porte têm suas particularidades e desempenham um papel importante no contexto regional e local, além de passarem por processos de transformação que são inerentes à escala de sua influência. Essas mudanças urbanas são provocadas por uma série de fatores interconectados, que incluem a atuação de agentes públicos e privados na configuração do espaço. Com a expansão da Rede Federal, o Instituto Federal de Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) iniciou, a partir de 2014, a implantação de novos campi em diversos municípios paraibanos, incluindo a cidade de Esperança. O local selecionado para a construção do Campus Esperança, anteriormente uma zona rural, tem passado por transformações significativas. Essas mudanças incluem a intensificação da dinâmica imobiliária e um maior fluxo de pessoas nas proximidades, conferindo à área um dinamismo tipicamente urbano. Este trabalho tem como objetivo principal analisar e destacar as implicações territoriais, urbanas e regionais decorrentes da inserção do campus do IFPB no distrito sede de Esperança. Para tal, foram analisados os processos de transformação do espaço urbano de Esperança e, mais especificamente, da área onde o campus do IFPB está situado. Para identificar as mudanças ocorridas, foi considerado o período desde a concepção da inserção do campus, em 2009, até o presente. Foram realizadas visitas de campo para observação direta do fenômeno e coleta de dados relacionados ao crescimento urbano de Esperança, revelando outros fatores que contribuem para essas transformações. Informações foram levantadas a partir de dados oficiais e documentos que ajudam a esclarecer as motivações que levaram à inserção do IFPB Esperança. O estudo conclui que a inserção do campus do IFPB em Esperança é um fator significativo para a transformação do espaço urbano, refletindo o impacto considerável das políticas públicas em cidades de pequeno porte. As mudanças infraestruturais observadas, como a construção de loteamentos e a emergência de novos empreendimentos, são testemunhas desse impacto.

Palavras-chave: Crescimento urbano; Esperança; IFPB; Região.

ABSTRACT

Small towns have their peculiarities and play an important role in the regional and local context, undergoing transformation processes inherent to the scale of their influence. These urban changes are driven by a series of interconnected factors, including the actions of public and private agents in shaping the space. With the expansion of the Federal Network, the Federal Institute of Science and Technology of Paraíba (IFPB) began implementing new campuses in various municipalities in Paraíba, including the city of Esperança, starting in 2014. The selected location for constructing the Esperança Campus, previously a rural area, has undergone significant transformations. These changes include increased real estate speculation and a higher flow of people in the vicinity, giving the area a typically urban dynamism. The main objective of this study is to analyze and highlight the territorial, urban, and regional implications resulting from the insertion of the IFPB campus in the district of Esperança. To achieve this, we analyzed the processes of urban transformation in Esperança, specifically focusing on the area where the IFPB campus is situated. To identify the changes that occurred, we considered the period from the conception of the campus insertion in 2009 until the present. Field visits were conducted for direct observation of the phenomenon and data collection related to Esperança's urban growth, revealing other factors contributing to these transformations. Information was gathered from official data and documents that help clarify the motivations behind the IFPB Esperança campus placement. The study concludes that the insertion of the IFPB campus in Esperança significantly impacts urban space, reflecting the considerable influence of public policies in small towns. The observed infrastructural changes, such as the construction of subdivisions and the emergence of new developments, bear witness to this impact.

Keywords: Urban growth; Esperança; IFPB; Region.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Distrito do Pintado.....	59
Figura 2: Rua de acesso ao Distrito do Pintado.....	60
Figura 3: Loteamento Esperança I.....	61
Figura 4: Loteamento Esperança I.....	61
Figura 5: Loteamento Esperança II.....	62
Figura 6: Construção de área de lazer em casa de eventos próxima ao Loteamento Esperança II.....	62
Figura 7: Instalações de complexo fabril na zona rural de Esperança.....	64
Figura 8: Centro de Distribuição da LAU.....	64
Figura 9: Fachada do Centro de Distribuição da LAU.....	65
Figura 10: Planta baixa da Vila Olímpica Municipal de Esperança.....	66
Figura 11: Parte de obra da Vila Olímpica Municipal de Esperança.....	67
Figura 12: Via pavimentada na Vila Olímpica Municipal de Esperança.....	67
Figura 13: Lago da Vila Olímpica Municipal de Esperança.....	68
Figura 14: Parte de obra da Vila Olímpica Municipal de Esperança.....	68
Figura 15: Campinho de futebol no terreno da Vila Olímpica Municipal de Esperança.....	69
Figura 16: Rua de acesso ao IFPB Campus Esperança (ao lado esquerdo, sede do IFPB; e, ao lado direito, Comunidade Cruz Queimada).....	70
Figura 17: Pequeno bar e restaurante próximo ao IFPB Campus Esperança.....	70
Figura 18: Instalações da Tintas Sol Industria e Comercio Varejista de Tintas Ltda.....	71
Figura 19: Zona sudoeste de Esperança antes da inserção do IFPB (2010).....	72
Figura 20: Zona sudoeste de Esperança após a inserção do Campus IFPB (2022).....	73

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Níveis de Integração da RME (2012).....	27
Mapa 2: Localização do IFPB Campus Esperança.....	42
Mapa 3: Evolução da mancha urbana de Esperança (2010-2022).....	49
Mapa 4: Macrozoneamento dos Bairros de Esperança/PB (2019-).....	72

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: População dos municípios da RME.....	26
Tabela 2: IDH dos municípios da RME nos anos de 1991, 2000 e 2010.....	28
Tabela 3: IDEB dos municípios da RME (2021).....	30
Tabela 4: PIB dos municípios da RME (2010-2021).....	32
Tabela 5: Principais IES da Região Geográfica Imediata de Campina Grande.....	43
Tabela 6: percentual de estudantes atendidos pelo Campus Esperança, por cidade.....	44
Tabela 7: Evolução do quantitativo de vagas ofertadas em cursos no IFPB Campus Esperança (2016-2022).....	45

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Evolução do IDH dos Municípios da RME entre os anos de 1991 e 2010.....	32
Gráfico 2: Crescimento percentual do PIB a preços correntes dos municípios da RME (2010-2021).....	36
Gráfico 3: PIB dos municípios da RME, por atividade econômica (2021).....	37
Gráfico 4: Participação dos Municípios no PIB a preços correntes da RME (2021).....	38
Gráfico 5: Unidades de empresas da RME por município (2021).....	39

LISTA DE ABREVIATURAS

EPT – Ensino Profissional e Tecnológico

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

Facep – Faculdade Evolução Alto Oeste Potiguar

FIC – Formação Inicial e Continuada

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDEME – Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IF – Instituto Federal de Ciência e Tecnologia

IFPB – Instituto Federal de Ciência e Tecnologia da Paraíba

IFRN – Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IES – Instituições de Ensino Superior

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PIB – Produto Interno Bruto

PSCT – Processo Seletivo para Cursos Técnicos

REGIC – Regiões de Influência das Cidades

RM – Região Metropolitana

RME – Região Metropolitana de Esperança

UAG – Unidade Acadêmica de Geografia

UERN – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

Ufersa – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

UEPB – Universidade Estadual da Paraíba

UFCG – Universidade Federal de Campina Grande

UNINASSAU – Centro Universitário Maurício de Nassau

UNIPÊ – Centro Universitário de João Pessoa

ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1. O papel regional de Esperança em políticas de desenvolvimento.....	21
1.1. A Região Metropolitana de Esperança.....	25
1.1.1. Dados socioeconômicos da RME.....	28
1.1.2. Setores Produtivos da Economia Esperancense e da RME.....	32
2. Os impactos regionais da inserção do Campus Esperança do IFPB.....	41
3. Caracterização do espaço urbano de Esperança.....	49
4. As imediações do Campus: transformações recentes e potenciais.....	56
CONCLUSÃO.....	76
REFERÊNCIAS.....	79

INTRODUÇÃO

As cidades de pequeno porte possuem suas particularidades e importância regional e local, além de processos de transformação inerentes à escala de sua influência. Essas transformações urbanas são provocadas por uma variedade de fatores inter-relacionados, incluindo a ação de atores públicos e privados que moldam o espaço.

A dinâmica imobiliária e a utilização dos aparatos estatais para criar condições propícias à acumulação de capital são elementos intrinsecamente relacionados à atual produção capitalista. Esses elementos moldam as relações sociais com o uso do espaço para atender diretamente os interesses e objetivos dos atores de transformação do espaço urbano, como corretores imobiliários, construtoras, comerciantes e financiadoras de habitações.

Essas relações são evidentes na transformação das cidades e não são exclusivas de metrópoles ou centros regionais, mas podem ser observadas onde o capital encontra condições para ser ampliado, o que tem ocorrido nos últimos anos também em cidades pequenas. Como Harvey (2014) considera, “o capitalismo precisa da urbanização para absorver o excedente de produção que nunca deixa de produzir. Dessa maneira, surge uma ligação íntima entre o desenvolvimento do capitalismo e a urbanização” (Harvey, 2014, p. 30).

Nos últimos anos, a cidade de Esperança, no Agreste Paraibano, vem passando por constantes transformações em sua estrutura física. Este processo se mostra mais intenso em áreas periurbanas específicas ou até mesmo rurais, principalmente aquelas que recebem investimentos públicos e privados com obras que têm transformado essas áreas. Trata-se de dois logradouros chamados Sítio Pintado e Sítio Timbaúba, os quais são limítrofes ao perímetro urbano do Município de Esperança. A maior parte desses territórios possui características essencialmente rurais e atividades agropecuárias, porém, observa-se uma tendência de expansão urbana da cidade de Esperança em direção a essas localidades.

Os principais atores responsáveis por esse processo, ou seja, o poder público concomitantemente com a iniciativa privada, contribuem para ampliação das áreas urbanas do município, visando criar novas formas de ocupação e uso do espaço. Na maioria das vezes, essas formas de ocupação são determinadas pela dinâmica imobiliária. Com isso, a interação de diferentes atores molda o espaço e suas estruturas na busca pela conformidade com interesses, necessidades e objetivos hegemônicos, que buscam o sentido do lucro.

Em 2008, foi sancionada a Lei nº 11.892, criando 38 novos Institutos Federais (IFs). Durante os governos Lula e Dilma, ocorreu a maior expansão da história da Rede Federal, composta por IFs, Escolas Técnicas vinculadas às universidades e pelo Colégio Pedro II. No

período de 2005 a 2016, foram estabelecidos 422 campi. Essa expansão possibilitou que a educação pública de qualidade alcançasse localidades distantes dos grandes centros urbanos e das capitais dos estados, tornando-se uma das redes mais abrangentes na oferta de cursos técnicos, superiores e de pós-graduação.

Isso mostra que o ensino técnico no Brasil tem apresentado um crescimento significativo. De acordo com o Censo Escolar de 2023, houve um aumento de 12,1% nas matrículas de educação profissional e tecnológica entre 2022 e 2023. Atualmente, cerca de 2,4 milhões de pessoas estão cursando o Ensino Profissional e Tecnológico (EPT) no país. Esse crescimento é impulsionado pela percepção de que o ensino técnico oferece aos estudantes a oportunidade de sair da educação básica já com uma profissão, aumentando suas chances de conseguir emprego de forma mais rápida.

Além disso, o Governo Federal tem implementado políticas para ampliar ainda mais o número de matrículas em cursos técnicos integrados ao ensino médio. O Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional no Brasil é uma iniciativa significativa para ampliar o acesso à educação técnica e tecnológica em todo o país. Em março de 2024, o governo anunciou a criação de 100 novos campi dos IFs. Essa expansão abrangerá todas as Unidades da Federação, gerando 140 mil novas vagas, a maioria delas em cursos técnicos integrados ao ensino médio.

Por meio do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), serão investidos R\$ 3,9 bilhões em obras. Desse montante, R\$ 2,5 bilhões serão destinados à criação de novos campi, enquanto R\$ 1,4 bilhão será utilizado para consolidar unidades já existentes, incluindo a construção de refeitórios, ginásios, bibliotecas, salas de aula e aquisição de equipamentos. A construção desses novos campi nos municípios deverá impactar positivamente o setor da construção civil, gerando empregos e renda. Quando os campi estiverem em funcionamento, espera-se que também contribuam para o desenvolvimento local e regional.

Esse programa marca a retomada de investimentos na criação de novas unidades de IFs no Brasil, quase 10 anos após a última expansão estruturada da Rede Federal. A região Nordeste é a que deve receber o maior número de novos IFs nessa fase de expansão, com 38 campi. Na sequência, o Sudeste contará com 27 novos campi, seguido pelas regiões Sul (13), Norte (12) e Centro-Oeste (10). Entre os estados, São Paulo é o que terá mais municípios beneficiados, com 12 cidades atendidas com a construção dos IFs. Minas Gerais e Bahia também somam oito municípios contemplados.

Com a expansão da Rede Federal, o Instituto Federal de Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) implantou, a partir de 2014, seis novos Campi nas cidades de Guarabira,

Itaporanga, Itabaiana, Catolé do Rocha, Santa Rita e Esperança, contemplados no Plano de Expansão III, e promovendo a interiorização da educação profissional tecnológica no território paraibano.

O local escolhido para a construção do Campus Esperança, antes considerado zona rural do município, tem sofrido transformações significativas, como a intensificação da dinâmica imobiliária e o aumento da circulação de pessoas nas proximidades do campus, ou seja, ganhando um dinamismo essencialmente urbano. Se essa nova dinâmica estiver relacionada à inserção do campus do IFPB, seria o novo empreendimento um vetor que contribui para a transformação do espaço urbano, o que evidencia o impacto substancial que tal política pública pode ter em uma cidade de pequeno porte, como Esperança.

De antemão, é possível afirmar que estas transformações podem ser atestadas observando alterações infraestruturais nessa área, como a construção de loteamentos de habitação, uma vila olímpica municipal, fábrica, pousadas e empresas nas proximidades do campus. Conforme pretendo discutir no decorrer deste trabalho, centros de educação técnica e científica como os IFs, desempenham um importante papel no desenvolvimento socioespacial, ainda mais quando esses centros estão localizados em cidades pequenas, exercendo influência na região em que estão situados.

Segundo a análise apresentada por Neto e Araújo (2020) em um estudo sobre a expansão da Educação Superior no IFPB, “os Institutos Federais atuam para fomentar o desenvolvimento regional a partir das potencialidades locais” (Neto e Araújo, 2020, p. 3). Assim, a noção de desenvolvimento expressa nos objetivos da interiorização dos IFs refere-se à capacitação de profissionais para atender a economia da área de abrangência da instituição.

A profissionalização voltada para os arranjos econômicos locais faz-se importante para o desenvolvimento; pois, ao passo que facilita o acesso a serviços básicos, tais como a educação profissional, também contribui para a promoção do bem-estar coletivo e a implementação de atividades que, de alguma forma, dinamizam a economia em pequena escala.¹

Ainda de acordo com Neto e Araújo, “a localização dos campi dos Institutos Federais foi estrategicamente definida com base na delimitação técnica de polos de abrangência” (Neto e Araújo, 2020, p. 3). Assim, pressupõe-se que a cidade de Esperança exerce certa polaridade

¹Utilizamos neste trabalho, para a análise em escala local, a noção de “desenvolvimento” de Cavaco (in Rodrigues, 1997 apud Oliveira, 2003), para quem o “Desenvolvimento Local” é o processo em que as localidades, munidas de seus recursos mais variados, criam oportunidades de promoção de bem-estar coletivo, implementando atividades que de alguma forma dinamizam a economia em pequena escala.

regional, e essa condição contribuiu para a escolha do município para receber um campus do IFPB.

Os IFs são reconhecidos pelos seus resultados na aprendizagem de seus alunos, na formação técnica voltada ao trabalho, e a infraestrutura moderna de seus campi. Essas características são bastante atrativas, principalmente para os estudantes egressos ou que estão cursando o ensino médio, já que a nova sede em Esperança também oferece a modalidade de ensino médio integrado ao técnico, possibilitando uma formação também profissional.

Além disso, esses aspectos simbólicos dos IFs são usados como capital político e econômico. As articulações políticas para levar um campus do IF para uma cidade ou região (como em relação a qualquer outra política pública), são carregadas de disputas partidárias para promover os “pais do IF”, ou seja, aqueles que lutaram pela implementação dessa política pública que trará o desenvolvimento social e econômico para a região, angariando o reconhecimento popular.

Esse simbolismo também se reflete na organização espacial onde o campus foi inserido. O funcionamento dos campi dos IFs, assim como outras grandes instituições de ensino, como universidades públicas, requerem uma infraestrutura que facilite o acesso ao campus, com residências próximas à instituição, sistema viário eficiente, transporte público, segurança, estabelecimentos comerciais, etc. Neste sentido, o IF como símbolo de desenvolvimento atrai novos investimentos públicos e privados para a área em que está inserido, como demonstra este trabalho. Porém, quem mais explora economicamente essa nova dinâmica urbana será o setor imobiliário, tendo em vista que a dinâmica imobiliária se intensifica pela valorização real (ou somente pela crença de uma valorização futura) do preço da terra. A redefinição do espaço urbano quanto a sua função, provoca inserção de novas formas espaciais, foi analisada por Roberto Côrrea (2000) da seguinte forma:

O fato de muitas das formas construídas transformarem-se em capitais fixos, apresentando ainda determinado nível de remuneração do capital investido, ou então um certo valor para a sociedade, explica a força de inércia que possuem. Ademais, muitas destas formas são dotadas de certa flexibilidade que permite uma adaptação às exigências das novas funções criadas em momentos posteriores à sua criação. Assim, o moderno, a função, e o antigo, a forma, podem estar juntos, ao lado de funções e formas contemporâneas, tornando complexa a organização espacial. (Corrêa, 2000, p. 42-43).

Neste sentido, a presença do campus contribui para a criação de um novo dinamismo, mas certamente haverá outros atores que deverão contribuir para essas transformações, a saber: o grande e o pequeno comércio, o setor imobiliário (como as construtoras e

financiadoras de habitações), o poder público, e a própria população que pode ou não participar das novas relações espaciais estabelecidas.

Neste sentido, o presente trabalho tem como objetivo principal analisar e evidenciar as implicações territoriais urbanas e regionais da inserção do campus do IFPB no distrito sede de Esperança, e, conseqüentemente, atingir objetivos secundários que se estendem da seguinte forma: compreender a importância regional da cidade de Esperança em relação a outros centros urbanos e municípios próximos; identificar possíveis fatores que contribuíram para a inserção do IFPB em Esperança; compreender como os aspectos simbólicos do IFPB são refletidos nas transformações espaciais; e correlacionar as origens e fatores que influenciaram nas principais e significativas transformações evidenciadas no território urbano e na dinâmica regional.

Para isso, analisou-se os processos de transformação do espaço urbano de Esperança e, mais especificamente, do recorte espacial onde está localizado o campus do IFPB. Para identificar as transformações ocorridas, considerou-se o recorte temporal entre concepção da inserção do campus (2009) – já que este projeto precedeu as demais obras urbanas mais recentes na área em questão, e está entre aquelas consideradas na pesquisa como as mais relevantes para as transformações urbanas observadas – até o momento. Também realizou-se visitas a campo para a observação direta do fenômeno, e foram coletados dados relacionados ao crescimento urbano de Esperança, revelando outros fatores que contribuem para essas transformações.

Foram levantadas informações a partir de dados oficiais e documentos que ajudam a esclarecer as motivações que levaram à inserção do IFPB Esperança, tais como o projeto de construção, a articulação política, e dados socioeconômicos que estabeleceram o município como propício para receber a nova sede da instituição. Também consideramos outros projetos de reestruturação de espaços públicos na área de estudo que possam promover o crescimento urbano. Além disso, dados públicos acerca do setor privado para a implantação de empresas e projetos de loteamento na área de estudo, permitiram identificar os principais atrativos que levaram a esse novo tipo de ocupação, além de obter uma compreensão mais aprofundada da dinâmica urbana de Esperança em função das transformações recentes observadas.

O desenvolvimento deste trabalho está estruturado em quatro seções, além desta introdução. A primeira, intitulada “O papel regional de Esperança em políticas de desenvolvimento”, tem como objetivo apresentar a posição de Esperança na hierarquia das cidades paraibanas. Para isso, analisou-se dados socioeconômicos, a situação geográfica da cidade e as movimentações políticas relacionadas à sua definição como núcleo de uma Região

Metropolitana (RM). Essa classificação – embora problemática em alguns aspectos apontados no decorrer do trabalho –, foi utilizada aqui como um recorte regional que representa as relações administrativas locais, isto é, de Esperança e região. A análise proporcionou fundamentos sólidos para compreender a importância de Esperança na dinâmica urbana em que está inserida. Apesar da existência ou não de uma gestão metropolitana não ser um dos critérios para a implantação de campi do Instituto Federal da Paraíba (IFPB), as relações administrativas, de gestão pública e regiões de influência dos núcleos urbanos são questões fundamentais na implementação de políticas públicas, tais como esta.

A segunda seção, "Os impactos regionais da inserção do Campus Esperança do IFPB", tratar-se-á das potencialidades de desenvolvimento regional e urbano com a implantação do Campus Esperança do IFPB.

A terceira, "Caracterização do espaço urbano de Esperança", dialoga com outros trabalhos acadêmicos que tratam das transformações urbanas ocorridas ao longo do tempo em Esperança por diversos fatores, discutindo a caracterização do espaço urbano do município e como este está organizado.

A quarta seção, "As imediações do Campus: transformações recentes e potenciais", discute a interseção das imediações do campus do IFPB com a periferia da cidade e a zona rural, buscando compreender como atores públicos e privados moldam esse espaço e as implicações disso para o processo de expansão urbana de Esperança. Também buscou-se evidências de que o IFPB, como um espaço simbólico, torna-se um atrativo de investimentos infraestruturais para as proximidades do campus, tanto da iniciativa privada quanto pública, agregando valor imobiliário para estas áreas. Por fim, têm-se a conclusão.

1. O papel regional de Esperança em políticas de desenvolvimento

As cidades de pequeno porte apresentam dinâmicas e lógicas que se diferenciam das observadas em cidades médias e metrópoles. Ainda assim, essas cidades podem exercer influências regionais, sustentando relações particularmente complexas. Essas relações devem ser analisadas de maneira coesa com a escala e os ritmos das transformações que acontecem nesse meio urbano local.

Os fatores que impulsionam as transformações urbanas nessas cidades geralmente estão intimamente relacionados. No entanto, é importante evitar simplificações excessivas ao analisar esses fatores para obter conclusões assertivas sobre fenômenos espaciais, neste caso, urbanos.

Apesar de possuírem uma estrutura urbana mais limitada à sua situação geográfica (em comparação com metrópoles e capitais), as cidades pequenas desempenham um papel importante no desenvolvimento regional e local. Portanto, ao analisar as transformações urbanas em cidades pequenas, é necessário considerar os fatores específicos à sua própria estrutura e o papel que desempenham na rede urbana.

Em concordância com Ângela Endlich (2006), nos rudimentos da produção capitalista do espaço, vigente na atual globalização, é evidente que pouquíssimos aglomerados urbanos conseguem se isolar das redes urbanas e das relações econômicas globalizantes:

O olhar para as pequenas cidades não está isolado do restante da rede urbana. Ao contrário, procura-se compreender as dinâmicas destas localidades em interação, em movimento, consoante a apreensão de uma realidade que considere os demais centros urbanos e fluxos humanos existentes entre eles (Endlich, 2006, p. 29).

Nisto, quando se propõe a fazer uma análise mais minuciosa das transformações urbanas (como o é nos estudos sobre cidades pequenas), não se pode isolar o aglomerado urbano, que é objeto específico de estudo, de outros aglomerados que estabelecem conjuntamente diversas relações, sejam econômicas, políticas culturais etc.

Essas relações em escalas regionais, ou até mesmo locais, também são tomadas como base para o estabelecimento de critérios para a aplicação de determinadas políticas públicas. Segundo Araújo e Neto (2020), a localização de cada campus dos IFs foi estrategicamente definida com base na delimitação técnica de polos de abrangência.

A distribuição das cidades de localização de cada campus do IFPB foi definida a partir da delimitação técnica de polos de abrangência demarcados por um raio de 50

quilômetros entre os municípios, principalmente para as cidades do interior, além de estudos que demarcaram a viabilidade de cursos, considerando desde a quantidade da população dos municípios de 25, 50 e 100 mil habitantes, dados da indústria e serviços, os quais foram também associados aos arranjos produtivos locais, à missão e aos objetivos sociais da instituição de colaborar com o desenvolvimento da região a partir das potencialidades locais (Araújo e Neto, 2020, p. 3).

Segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFPB 2020-2024, para essa delimitação regional ou local, devem ser feitas a caracterização socioeconômica da área de abrangência e a identificação das cidades de atendimento do campus. Neste sentido os IFs, como polos de educação técnica e científica, contribuem para o desenvolvimento socioespacial, principalmente em cidades pequenas, devido a influência na dinâmica regional e no planejamento de políticas públicas voltadas à localidade na qual está inserido.

Considerando que a política de expansão dos IFs utiliza critérios pragmáticos e técnicos para definir quais cidades devem receber um campus, levando em conta dados econômicos, sociais e situação geográfica favorável, o fato de Esperança ter atendido a esses critérios estabelecidos, e isso ter levado a cidade a receber campus, é um indicativo de que a cidade exerce um grau de influência regional capaz de atrair políticas de desenvolvimento regional, tendo em vista que tais inventos sendo dirigido para a cidade podem servir ao público do entorno.

Os critérios utilizados no planejamento microinstitucional previstos no PDI – isto inclui a criação de novos campi –, sugerem que a política federal tem uma conotação de desenvolvimento regional que se baseia nas estruturas urbanas. Essas estruturas urbanas não estão apenas relacionadas à infraestrutura e morfologia das cidades, mas também à estrutura de integração que os aglomerados urbanos mantêm entre si. Isso abrange aspectos econômicos, culturais e políticos.

Quando um campus do IF é implantado em uma localidade, espera-se que ele seja capaz de atender a população do entorno da forma mais eficiente possível. No caso de cidades pequenas e distantes de polos de educação, isso evita que os estudantes dessas cidades tenham que se deslocar constantemente para esses polos, facilitando as condições de acesso.

Para promover essa regionalização, é essencial realizar uma análise das zonas de influência urbana. Assim, é possível definir quais centros urbanos são adequados para alcançar os objetivos da política pública de maneira eficaz por meio da implantação de IFs.

Ao se tentar caracterizar a relação de polaridade que uma cidade exerce sobre seus arredores, não se pode afirmar a existência de uma integração entre a cidade e a região apenas pelo fato de a cidade exercer uma função específica e predominante.

A função pode existir antes da política pública, mas a tentativa de estabelecer condições para que a cidade exerça essa mesma função, mesmo que ela ainda não exista, pode estar baseada nos objetivos do projeto. Se essa função de fato existir, ela evidencia a importância da cidade em relação aos seus arredores por meio das atividades desenvolvidas em função dessa função preexistente, seja ela administrativa, comercial, cultural, educacional, etc.

No entanto, isso não significa imediatamente que há uma integração da cidade-região. Conforme o que diz Milton Santos (2012) em seu “Manual de Geografia Urbana”, essa integração dependerá diretamente da complexidade e diversidade dos vínculos. Tal compreensão é fundamental no estabelecimento de critérios de políticas de desenvolvimento regional, como o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional no Brasil, pois uma análise mais precisa da natureza dos vínculos entre a localidade e o seu entorno será determinante para a realização dos objetivos finais da política.

Um aglomerado urbano pode ser mais atraente para atividades comerciais tradicionais e até mesmo modernas, gerando fluxo de mercadorias, pessoas e capital para ele, formando um centro comercial local ou regional. Isso significa que, pelo menos no ambiente econômico, mais especificamente relacionado ao comércio, essa característica pode representar um grau razoável de integração entre a região e a cidade.

No entanto, isso não pode ser considerado imediatamente como uma “vocação” desse centro urbano para exercer a polaridade de atendimento por determinados serviços à população do entorno. Evidentemente, outros fatores além do econômico devem ser considerados. A política pública que estamos analisando aqui tem como um de seus objetivos fundamentais o desenvolvimento socioeconômico.

É importante salientar que toda política pública é planejada e executada com base em anseios e, finalmente, decisões políticas. A política pública proposta pela esfera dos poderes executivos e legislativos só será efetivamente implementada após discussões políticas em diversos níveis, até que beneficie a sociedade.

Essas discussões envolvem disputas por recursos públicos, capital político e interesses privados. Na maioria das vezes, esses fatores são determinantes para decidir quem será mais beneficiado pela política pública. Algumas decisões políticas são implementadas antes da obtenção de políticas de maior impacto, como flexibilização, reinterpretação e reformulações de legislações. Isso cria um ambiente o mais favorável possível para o objetivo principal.

Nesse contexto, o território será utilizado nas disputas políticas e, muitas vezes, tentar-se-à, por meio da lei, atribuir funções ao território que antes não existiam. É o que se nota em relação às classificações regionais produzidas por meio de decisões administrativas.

Quando as relações político-partidárias tornam-se arbitrárias neste processo, nem sempre os critérios de destinação de recursos por meio de políticas públicas que usam tais divisões, regionais ou territoriais, condizem com a realidade.

A criação de RMs pelas gestões públicas do Brasil, por exemplo, é pautada em decisões político-administrativas respaldadas por dispositivos legais. Conforme o Estatuto da Cidade, redigido pela Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que estabelece diretrizes gerais da política urbana no Brasil e utiliza os instrumentos de planejamento das regiões metropolitanas, "aglomerações urbanas e microrregiões, nas regiões metropolitanas ou nas aglomerações urbanas instituídas por lei complementar estadual, poderão ser realizadas operações urbanas consorciadas interfederativas, aprovadas por leis estaduais específicas" (Brasil, 2001). Em 2015, o Congresso Nacional sancionou a Lei nº 13.089, denominada "Estatuto da Metrópole", que

estabelece diretrizes gerais para o planejamento, a gestão e a execução das funções públicas de interesse comum em regiões metropolitanas e em aglomerações urbanas instituídas pelos Estados, normas gerais sobre o plano de desenvolvimento urbano integrado e outros instrumentos de governança interfederativa, e critérios para o apoio da União a ações que envolvam governança interfederativa no campo do desenvolvimento urbano (Brasil, 2015).

Esta lei confere autonomia aos estados para gerir o desenvolvimento urbano por meio de instrumentos de governança interfederativa entre os municípios. Ela estabelece que as microrregiões devem ser instituídas pelos estados, com base em funções públicas de interesse comum com características predominantemente urbanas. Isso implica que políticas públicas implementadas por um município, de forma isolada, não podem ser inviáveis ou causar impactos nos municípios limítrofes.

A lei também concede aos estados "gestão plena", dando-lhes autonomia para formalizar e delimitar microrregiões, aglomerados urbanos e regiões metropolitanas. Isso deve ser precedido de estudos técnicos e audiências públicas que envolvam todos os municípios pertencentes à unidade territorial. Assim, a metrópole criada pelo estado é constituída por um agrupamento de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

Neste sentido, o Estatuto da Metrópole cria dispositivos eficientes que conferem plena autonomia aos estados para criarem suas próprias regionalizações; estas, levam em conta as relações de influência urbana sustentadas por redes em diversas escalas e estabelecidas

mediante condições técnicas observadas que possam favorecer integrações entre municípios limítrofes ou próximos por meio de novas delimitações regionais.

O Estatuto caracteriza a área metropolitana como uma "representação da expansão contínua da malha urbana da metrópole, conurbada pela integração dos sistemas viários, abrangendo, especialmente, áreas habitacionais, de serviços e industriais com a presença de deslocamentos pendulares no território". A lei deixa claro que, para que exista de fato uma área metropolitana, é necessário um grau de integração dos sistemas urbanos muito bem evidenciado.

A gestão metropolitana não é utilizada, necessariamente, como referência no planejamento feito para a expansão dos IFs. Porém, a maior parte dos municípios atendidos pelo Campus Esperança do IFPB, particularmente, coincidem com a composição da Região Metropolitana de Esperança (RME). Assim, a zona de abrangência do campus também se assemelha aos limites dessa Região.

Neste sentido, ao passo que se discute a importância regional da cidade de Esperança, juntamente com os aspectos que contribuem para que a mesma sustente certa centralidade para serviços públicos e atividades econômicas – ao menos na interação com municípios limítrofes a Esperança –, torna-se oportuno a análise desse recorte regional considerando os atributos que o fundamentam.

A própria existência de um processo de metropolização de Esperança é questionada, principalmente levando em consideração o nível de integração dos municípios que compõem a RME. Ainda assim, utiliza-se, a seguir, argumentações fundamentadas em dados e discussões teóricas para contribuir com esta discussão, ao mesmo tempo que torna-se possível a compreensão da situação geográfica e socioeconômica de Esperança.

1.1. A Região Metropolitana de Esperança

Em 8 de junho de 2012, o Poder Legislativo do Estado da Paraíba sancionou a Lei Complementar nº 106, que cria a RME e o seu Conselho de Desenvolvimento, com a autoria do Deputado Estadual Arnaldo Monteiro. A RME é constituída pelo agrupamento dos municípios de Esperança, São Sebastião de Lagoa de Roça, Alagoa Nova, Areial, Montadas, Pocinhos, Algodão de Jandaíra, Remígio e Areia, no Estado da Paraíba.

Tabela 1: População dos municípios da RME

Município	População
Alagoa Nova	21.013
Algodão de Jandaíra	2.953
Areia	22.633
Areial	7.128
Esperança	31.231
Montadas	5.812
Pocinhos	17.469
Remígio	17.885
São Sebastião de Lagoa de Roça	11.040
RME	137.164

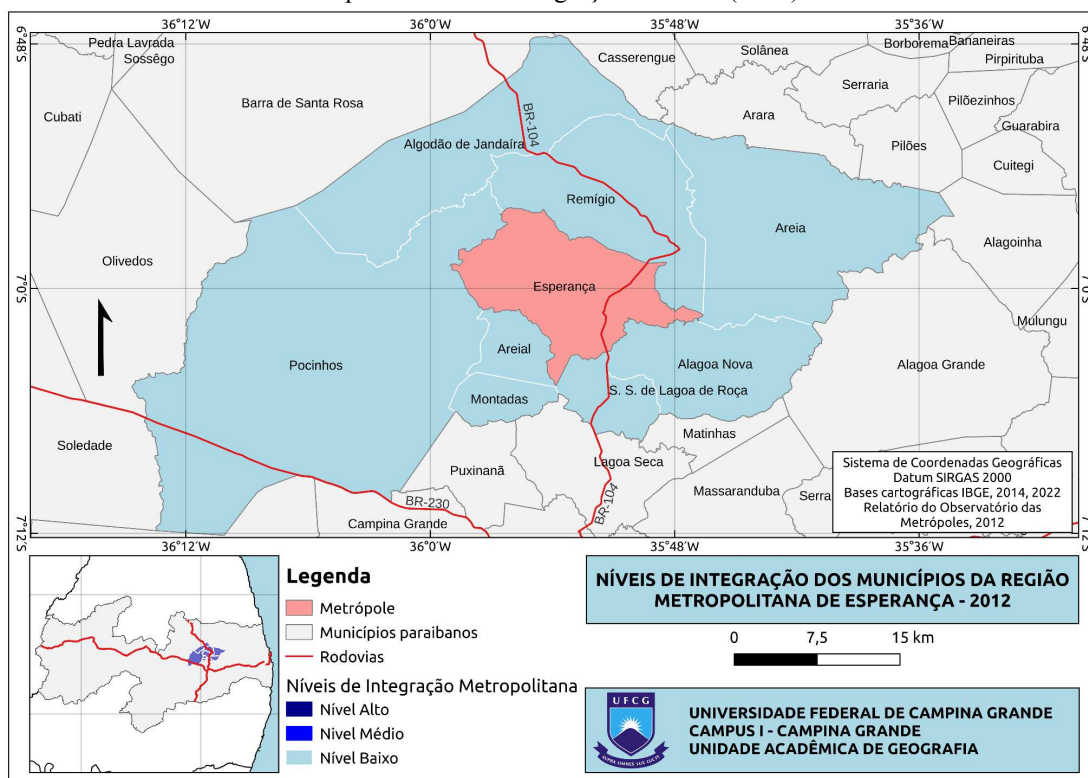
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2022. Elaboração do autor, 2023.

A proximidade territorial dessas cidades permite um nível mínimo de integração, característica que foi constatada por Bú (2014). No entanto, em seu trabalho sobre a RME, este autor discute os fundamentos da metropolização no Brasil e questiona se Esperança realmente se enquadra nos critérios para exercer influência metropolitana.

Ao analisar os resultados do Relatório do Observatório das Metrôpoles para o ano de 2012, Bú conclui que o nível de integração dos municípios da RME, na Paraíba, é muito baixo. Ele evidencia que não existe natureza metropolitana na referida RM. No máximo, o município de Esperança pode ser considerado um centro de zona², estando muito distante de se tornar uma metrópole com os níveis necessários de urbanização para ser assim conceituada (Bú, 2014, p. 22). O mapa 1, a seguir, mostra a localização da RME no Estado da Paraíba e os níveis de integração dos municípios que compõem essa região.

² Os Centros de Zona representam um dos níveis da hierarquia urbana classificada pelo IBGE. Caracterizam-se por menores níveis de atividades de gestão, polarizando um número inferior de cidades vizinhas em virtude da atração direta da população por comércio e serviços baseada nas relações de proximidade. Essas cidades possuem uma média populacional de 30 mil habitantes.

Mapa 1: Níveis de Integração da RME (2012)



Fonte: Observatório das Metrópoles, 2012. Elaboração do autor, 2023.

O autor também analisa dados socioeconômicos para fundamentar seus argumentos, o que também é pertinente que façamos aqui, mas atualizando esses dados. Para compreender o grau de influência de Esperança em relação às cidades vizinhas e os fatores que contribuem para a sua configuração intraurbana, suas transformações e o aumento da sua importância local, é crucial entender o papel dessa cidade no interior do estado da Paraíba.

Para isso, destaca-se a sua situação geográfica para, assim, identificar se estas lhe atribuem condições para exercer uma posição de centralidade local. Essa compreensão pode fornecer subsídios para entender se realmente essas características geográficas foram relevantes para considerar a cidade como propícia a receber um campus do IFPB.

É importante analisar a sua capacidade de fornecer condições econômicas que a tornem um centro atrativo, como: a capacidade de fornecer serviços à população das cidades locais, constituindo uma polarização desses serviços e evitando, assim, o deslocamento dessas populações para centros maiores; possuir em suas dependências uma produção industrial considerável em volume e diversidade que possa abastecer parte da demanda da RM; e um comércio local pujante que atraia investimentos para o centro metropolitano, sendo capaz até mesmo de diminuir parte do fluxo desse comércio da região para o centro maior mais próximo.

Neste sentido, para identificar se a cidade de Esperança exerce alguma centralidade em relação aos municípios limítrofes, ou se essa relação ocorre de maneira igual entre esses municípios perante a influência regional de Campina Grande, é necessário uma análise mais limitada à sua região imediata, e, mais especificamente, aos municípios geograficamente próximos a Esperança, os quais possam manter relações regionais. Só assim é possível formular argumentos que eventualmente fundamentem a afirmação da cidade de Esperança como um Centro de Zona, ou seja, que tem a capacidade de influência não somente em relação à sede e aos limites territoriais do município, mas também em relação aos municípios e aglomerados urbanos geograficamente próximos.

Analizando a situação geográfica de Esperança a partir de alguns dados socioeconômicos e as relações administrativas exercidas pela cidade em relação a sua região, levantou-se os argumentos utilizados para estabelecer Esperança como metrópole, mas também constatar se esses argumentos tem fundamento legítimo, não somente em relação às diretrizes estabelecidas por lei, mas tendo em vista como a gestão da RME se dá na realidade.

1.1.1. Dados socioeconômicos da RME

Com base nos dados do Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual (IDEME) e do IBGE, vamos analisar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) para evidenciar uma ascensão no padrão de desenvolvimento humano e social do município de Esperança e dos municípios da sua RM.

Tabela 2: IDH dos municípios da RME nos anos de 1991, 2000 e 2010

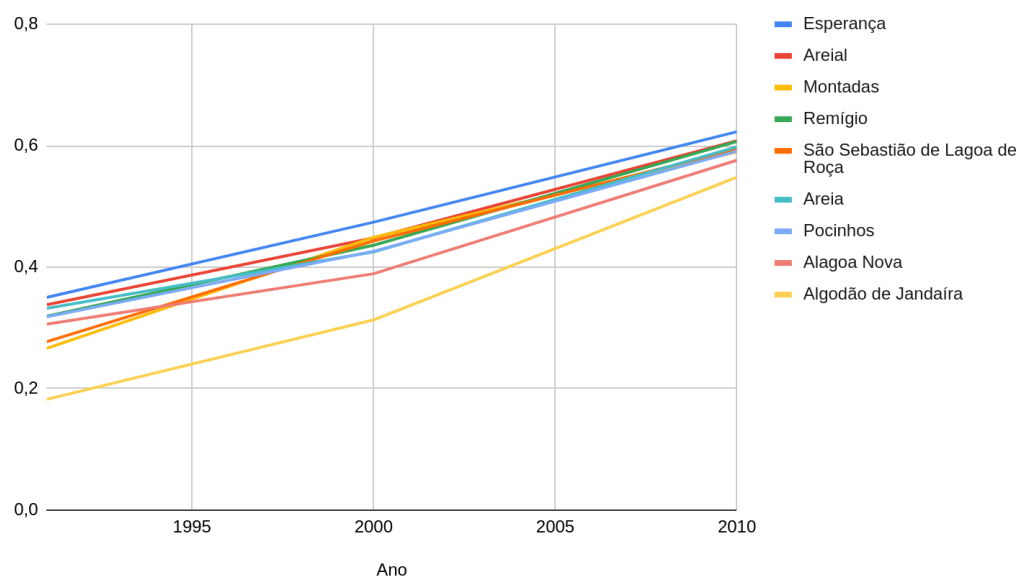
Municípios	IDH (1991)	IDH (2000)	IDH (2010)
Esperança	0,350	0,474	0,623
Areial	0,338	0,448	0,608
Montadas	0,266	0,449	0,590
Remígio	0,319	0,436	0,607
São Sebastião de Lagoa de Roça	0,277	0,443	0,594
Areia	0,332	0,425	0,598
Pocinhos	0,318	0,426	0,591
Alagoa Nova	0,306	0,389	0,576
Algodão de Jandaíra	0,182	0,313	0,548

Fonte: IBGE, 2010. Elaboração do autor, 2024.

O IBGE disponibiliza para consulta pública o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) para os anos de 1990, 2000 e 2010. Neste levantamento, o município de Esperança se destaca por registrar o melhor IDH na série histórica em comparação ao índice registrado pelos demais municípios da RME. Além disso, observa-se uma melhora do índice de todos esses municípios no decorrer da mesma série. A figura 2 nos ajuda a evidenciar visualmente essa melhora.

Gráfico 1: Evolução do IDH dos Municípios da RME entre os anos de 1991 e 2010

Evolução do IDH dos Municípios da RME entre 1991 e 2010



Fonte: IBGE, 2010. Elaboração do autor, 2023.

A tabela 3 apresenta o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) dos anos finais para os municípios da RME. O dado mais recente fornecido pelo IBGE é o do ano de 2021. No entanto, na mesma pesquisa não foram encontrados dados para o município de Algodão de Jandaíra para este ano, assim foi utilizado o dado mais recente para o município, que é de 2019.

De acordo com o levantamento, Montadas e Areial tiveram as melhores notas no IDEB de 2021, com 5,2 e 4,7, respectivamente, seguidos por Esperança, Pocinhos e Remígio, ambos com nota 4,6. Os demais municípios da RME tiveram nota igual ou menor que 4,5.

Apesar da análise da série histórica do IDH dos municípios da RME e da sua cidade-sede estar limitada até o ano de 2010, compreende-se que o aumento do IDH desses municípios pode representar também uma melhora dos índices sociais e econômicos para esta região, como o PIB per capita, a Educação e a longevidade.

A seguir, serão apresentados alguns desses dados que nos permitirão ter uma noção melhor da conjuntura socioeconômica dos municípios da RME, mas destacando o município de Esperança. Nossa finalidade aqui é observar se a cidade de Esperança possui características que atraem os demais municípios próximos, o que pode ser refletido diretamente na configuração territorial da cidade e na rede urbana.

Os dados apresentados na tabela 3 mostram o IDEB dos municípios que integram a RME registrados no ano de 2021. Esses dados são importantes para analisar uma das

informações mais importantes para considerar se houve realmente algum desenvolvimento socioeconômico, pois evidencia a situação da Educação Básica desses municípios, e mais especificamente para Educação Pública.

Tabela 3: IDEB dos municípios da RME (2021)

Municípios	IDEB
Montadas	5,2
Areial	4,7
Esperança	4,6
Pocinhos	4,6
Remígio	4,6
Alagoa Nova	4,5
S. S. de Lagoa de Roça	4,5
Areia	4,3
Algodão de Jandaíra	3,4
RME	4,7*

Fonte: IBGE, 2021. Elaboração do autor, 2023. *Média

As projeções do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) para o IDEB do Brasil em 2021, para os anos finais, eram de 5,5. Segundo o levantamento apresentado, apenas o município de Montadas obteve resultados satisfatórios, pois conseguiu se aproximar da meta nacional naquele ano.

No entanto, a média do IDEB da RME, apresentada neste levantamento, ficou em 4,7 pontos, ou seja, abaixo da meta nacional para 2021. De acordo com o levantamento do IDEB dos municípios da RME realizado por Bú (2014) para o ano de 2013, a média do índice da RME também se manteve abaixo da meta nacional (4,3), sendo a meta nacional de 4,9 para aquele ano.

Apesar de ter havido uma pequena melhora do índice comparando os dados de 2013 e 2021, o IDEB da RME permaneceu abaixo da meta nacional. Este fato tem se perpetuado na região mencionada, sendo até mesmo objeto de outras pesquisas relacionadas à situação da educação pública de municípios semelhantes a Esperança.

O que está evidenciado é que não foram formuladas políticas públicas significativas que combatam eficazmente a problemática. Embora o IDEB dos municípios aqui abordados tenha melhorado no decorrer dos períodos analisados, a maioria não conseguiu atingir números satisfatoriamente próximos às metas nacionais estabelecidas, pelo menos para os anos finais da educação básica.

Esperança também não registrou números satisfatórios para o IDEB do município, ficando abaixo até mesmo de outros municípios menores que fazem parte da RM. Considerando a prerrogativa da cidade de Esperança de sediar uma RM, em relação aos índices da educação básica, o município não exerce protagonismo para melhorar os índices. Isso ocorre mesmo recebendo verbas públicas para serem investidas nessa área maiores que os demais municípios da região, tendo em vista que possui receitas maiores, como alguns dados econômicos podem mostrar. Esses dados serão apresentados adiante neste trabalho.

1.1.2. Setores Produtivos da Economia Esperancense e da RME

Nos últimos anos, o setor terciário da cidade de Esperança tem desempenhado um papel fundamental para a economia local. A cidade abriga uma variedade considerável de serviços e comércio. Existem atividades econômicas específicas que destacam a cidade em relação à sua região. Por exemplo, a feira livre, que é a maior da RME, atrai muitos feirantes e comerciantes da região e da zona rural do município de Esperança. Além disso, a cidade possui um setor varejista bastante amplo.

O setor de comércio atrai investimentos privados de empreendedores de outros municípios, à medida que grandes empresas de alcance nacional, como as Lojas Americanas, a Magazine Luiza e os Postos Shell, compõem o comércio de Esperança. A cidade também é berço de empresas que atuam no mercado local e regional, como a Almeida Distribuidor de Materiais de Construção. Esta empresa, que atua em todo o Nordeste, tem sua influência na economia regional já abordada em vários trabalhos de pesquisa voltados à cidade de Esperança, devido à sua importância para a economia local. Além disso, há supermercados varejistas e indústrias especializadas, principalmente na produção de materiais de construção.

Essa dinâmica econômica atraiu importantes instituições bancárias. Foram implantadas na cidade agências do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal, do Banco Bradesco e do Banco Sicredi, além de correspondentes do Banco Itaú e do Banco do Nordeste. Esses são alguns dos mais importantes representantes do setor econômico de Esperança, que evidenciam a importância regional da cidade para os municípios vizinhos.

Para fundamentar essa afirmação, realizamos um levantamento de dados socioeconômicos do município de Esperança e da RME. As primeiras informações obtidas dessa conjuntura, baseando-se no banco de dados do IBGE, permitiram observar o crescimento econômico dos municípios da região, considerando o Produto Interno Bruto (PIB) a preços correntes e *per capita*.

Tabela 4: PIB dos municípios da RME (2010-2021)

Municípios	PIB a preços correntes (R\$) - 2010	PIB a preços correntes (R\$) - 2021	PIB per capita (R\$) - 2010	PIB per capita (R\$) - 2021
Alagoa Nova	113.892,00	335.056,34	7.108,49	15.961,14
Algodão de Jandaíra	12.014,00	28.629,39	5.831,64	11.062,36
Areia	117.172,00	257.221,88	5.146,92	11.435,64
Areial	27.109,00	62.577,69	4.093,40	8.871,24
Esperança	227.237,00	507.255,86	7.359,88	15.193,67
Montadas	21.951,00	55.244,52	4.276,05	9.515,07
Pocinhos	76.537,00	284.640,06	6.751,50	15.101,87
Remígio	79.542,00	181.359,95	5.077,51	9.080,26
São Sebastião de Lagoa de Roça	46.878,00	105.790,91	4.296,34	8.970,65
RME	R\$ 722.332,00	R\$ 1.817.776,60	R\$ 49.941,73	R\$ 105.191,90

Fonte: IBGE, 2021. Elaboração do autor, 2023.

Para a elaboração da tabela 4, foram utilizados dados fornecidos pelo IBGE. Esses dados são das séries encerradas do PIB a preços correntes e per capita dos municípios da RME, referentes ao censo de 2010, e das séries encerradas revisadas referentes ao ano de 2021.

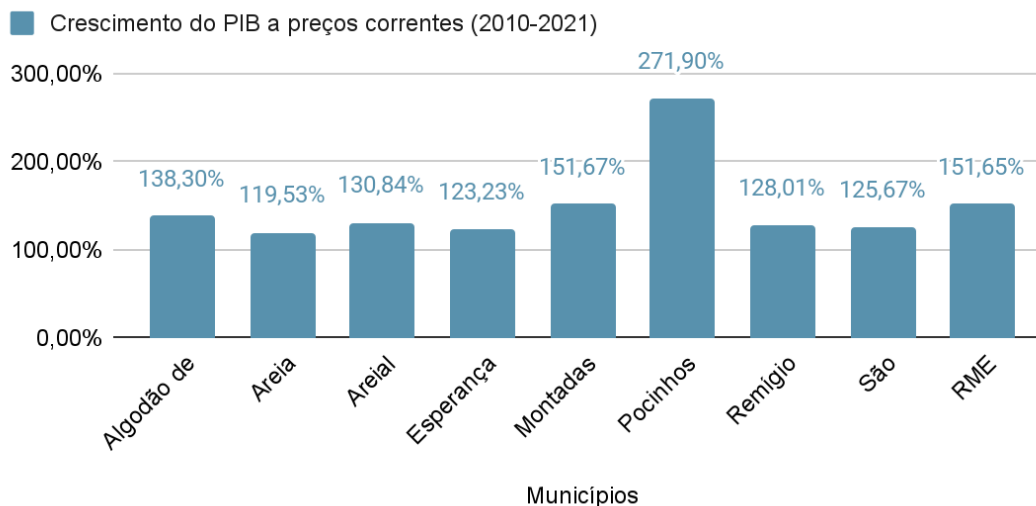
Em sua pesquisa, Bú (2014) utilizou dados semelhantes referentes ao período de 2000 a 2010. Naquela ocasião, o autor identificou que houve um crescimento evidente do PIB desses municípios.

Observamos agora que os municípios mantiveram uma taxa de crescimento semelhante até a série revisada de 2021, que é a data mais recente para a qual existem dados do IBGE para este levantamento. Esse crescimento pode ser melhor visualizado a partir do gráfico 2, que mostra a taxa percentual de crescimento do PIB a preços correntes dos municípios da RME.

Os dados estão relacionados ao crescimento percentual total, comparando os resultados do PIB dos anos de 2010 e 2021 de todos os municípios.

Gráfico 2: Crescimento percentual do PIB a preços correntes dos municípios da RME (2010-2021)

Crescimento percentual do PIB dos Municípios da Região Metropolitana de Esperança entre os anos de 2010 e 2021



Fonte: IBGE, 2021. Elaboração do autor, 2023.

Ao comparar apenas as taxas de crescimento do PIB a preços correntes, percebe-se que o município de Pocinhos foi o que mais expandiu sua economia no período, com uma taxa de 271,9%. Ele é seguido de perto por Montadas, que também teve uma das melhores taxas para o período, com 151,67%. Esses números são bem superiores ao crescimento da metrópole, que registrou um aumento de 123%, um número bastante semelhante ao dos demais municípios.

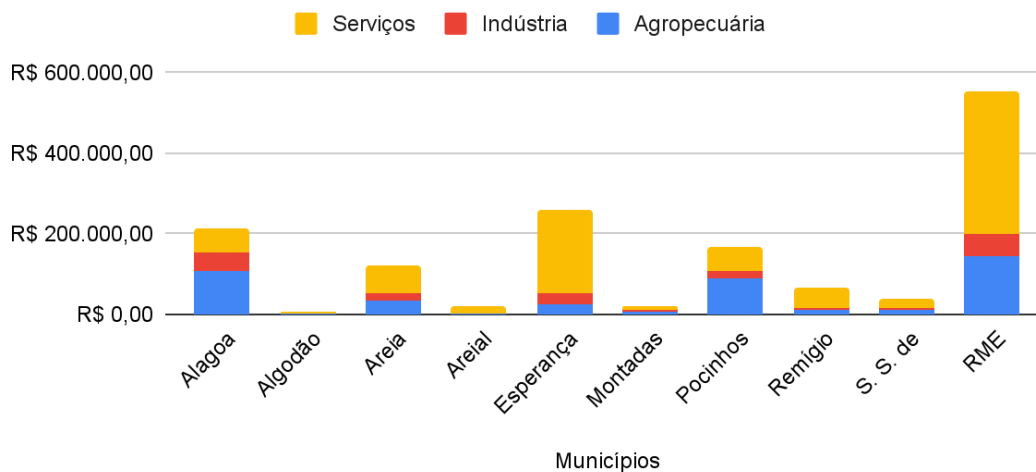
A RME, considerando o crescimento de todos os municípios que a compõem, teve um crescimento de 151,65% no mesmo período. O PIB per capita desses municípios também acompanhou esse crescimento.

O gráfico 3 apresenta os números referentes ao PIB a preços correntes de 2021 divididos entre os setores produtivos: agropecuária, indústria e serviços dos municípios que compõem a RME.

Gráfico 3: PIB dos municípios da RME, por atividade econômica (2021)

PIB dos Municípios da Região Metropolitana de Esperança por atividade econômica - 2021

Fonte: IBGE, 2021.



Fonte: IBGE, 2021. Elaboração do autor, 2023.

O gráfico fornece informações importantes para entender quais setores da economia contribuíram mais para o crescimento do PIB dos municípios da RME. Ao analisar as informações, fica claro que o setor de serviços representou a maior parte das receitas da região em 2021.

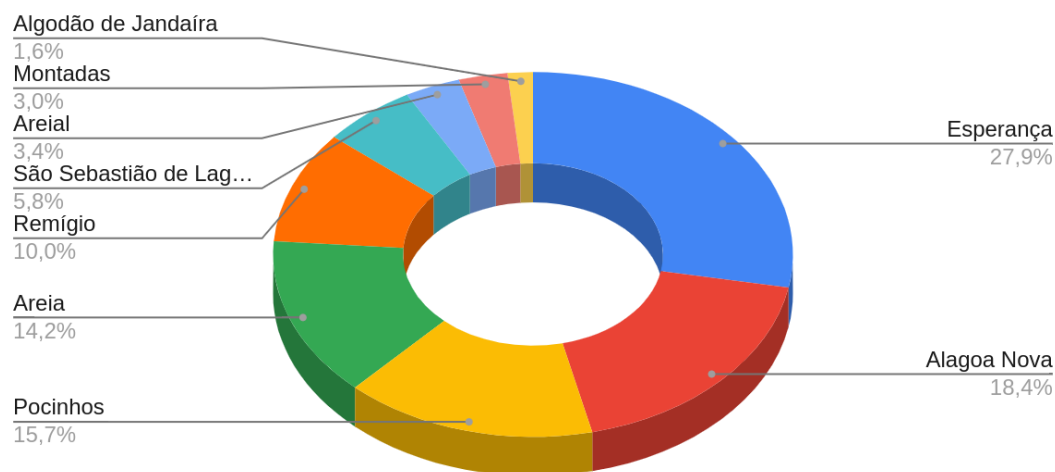
Considerando o perfil dos setores produtivos das três maiores economias da RME – Esperança, Alagoa Nova e Pocinhos – cada município possui atividades econômicas predominantes específicas. Em Esperança, o setor de serviços foi uma parte exponencial de sua economia. Já em Alagoa Nova e Pocinhos, a agropecuária é a base mais importante de suas economias.

Os demais municípios da região têm economias menores em comparação com a região como um todo. No entanto, mesmo nesses municípios, o setor de serviços tem grande importância entre os setores produtivos.

Em relação à expressividade das economias municipais da RME, construímos o gráfico 4, que mostra a contribuição de cada município para o PIB a preços correntes da Região.

Gráfico 4: Participação dos Municípios no PIB a preços correntes da RME (2021)

Participação dos Municípios no PIB a preços correntes da Região Metropolitana de Esperança - 2021



.Fonte: IBGE, 2021. Elaboração do autor, 2023.

Os dados econômicos apresentados até agora destacam a cidade de Esperança como a maior economia da RME. Conforme o gráfico da figura 5, Esperança representa 27,9% do PIB da região. Em seguida, vem Alagoa Nova com 18,4%, Pocinhos com 15,7%, Areia com 14,2%, Remígio com 10,0%, São Sebastião de Lagoa de Roça com 5,8%, Areial com 3,4%, Montadas com 3,0% e, por fim, Algodão de Jandaíra com a menor participação no total do PIB da RME, com 1,6%.

Ao associar as atividades econômicas mais importantes à participação do PIB de cada município da RME, observamos que Esperança representa a maior concentração de prestação de serviços da região. Isso contribui para a importância econômica da cidade-núcleo, considerando seu potencial de atratividade devido à maior oferta de trabalho e equipamentos urbanos. Isso deveria contribuir para a integração entre Esperança e as demais cidades da RME.

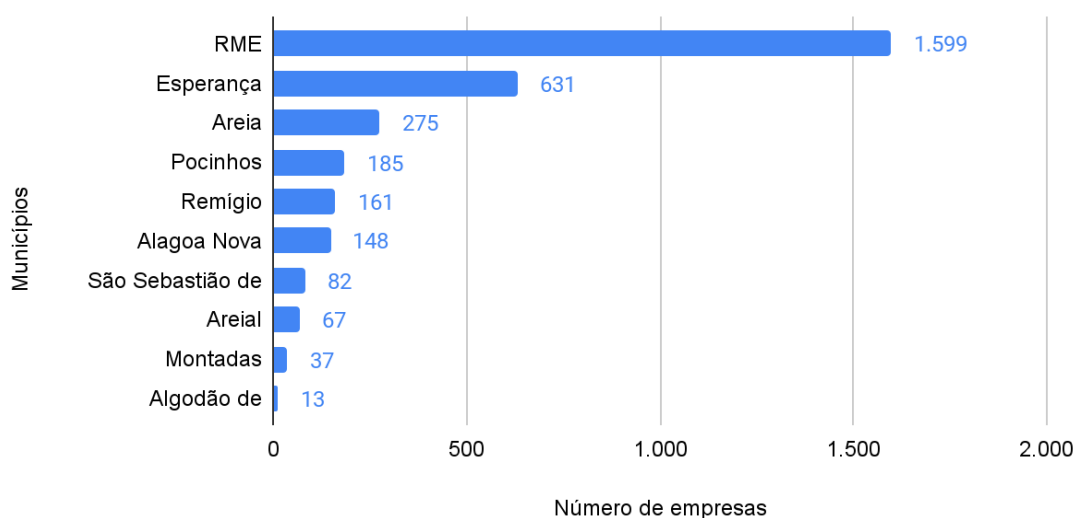
O número de atividades econômicas em Esperança reflete também maiores fluxos de capitais, mercadorias, serviços e pessoas. Esses fluxos estão fortemente atrelados à quantidade de investimentos do setor público e, ainda mais, do setor privado. Isso ocorre por meio de empresas de diversos setores sediadas na cidade de Esperança, bem como empresas de maior atuação nacional que se instalaram na cidade nos últimos anos.

Uma das maneiras de dimensionar a atratividade de investimentos privados nos municípios da RME é quantificar o número de empresas que foram abertas em cada

município. Para isso, elaboramos o gráfico 5, que mostra a quantidade de empresas instaladas em cada município da região, segundo levantamento do Cadastro Central de Empresas do IBGE para o ano de 2021.

Gráfico 5: Unidades de empresas da RME por município (2021)

Unidades de empresas nos Municípios da Região Metropolitana de Esperança (2024)



Fonte: IBGE, 2023. Elaboração do autor, 2023.

O gráfico mostra claramente que Esperança tem o maior número de empresas criadas e ativas em diversos setores, com cerca de 631 empresas cadastradas. Este número é mais do que o dobro da quantidade de empresas presentes nos municípios de Areia e Pocinhos, que têm 275 e 185 empresas, respectivamente. Estes municípios ocupam posições imediatas no ranking, logo após Esperança.

A análise da situação socioeconômica dos municípios da RME revela que a economia mais dinâmica da região é a do município de Esperança, condição comum para núcleos metropolitanos. No caso de Esperança, isto se deve à quantidade de empresas existentes e, consequentemente, à oferta de emprego e ao crescimento da economia local.

No entanto, para que haja uma metropolização, é necessário que a cidade-núcleo possua características que atraiam os municípios próximos, refletindo diretamente no território em uma malha urbana contínua ou relativamente contínua (Dias, 2005, p. 12). Embora Esperança demonstre possuir um mercado de trabalho com mais oportunidades e ofereça mais serviços, até o momento desta pesquisa, não era evidente que esses atrativos eram suficientes para a cidade exercer um papel metropolitano em relação aos demais municípios.

As divisões político-administrativas dos municípios da RME ainda sustentam um grau de independência entre eles e a metrópole, e não possuem relações estreitas, sistemáticas e cotidianas. Isso significa que os fluxos de capitais, mercadorias, serviços e pessoas não confluem sempre, isto é, na sua grande maioria, para a cidade-núcleo, condição, esta, fundamental para determinar a existência de uma relação metropolitana.

Todos os municípios da RME estão inseridos na Região Imediata de Campina Grande, a segunda maior cidade em termos econômicos e político-administrativos do Estado da Paraíba, atrás apenas da capital, João Pessoa. Devido a essa dimensão de centralidade, Campina Grande possui maiores atrativos de trabalho, investimentos de capital e oferece um maior número de serviços públicos e privados, como serviços de saúde e educação, além de um comércio muito intenso e dinâmico.

Essas características estabelecem Campina Grande como um verdadeiro polo de atratividades que intensificam o fluxo de pessoas e mercadorias dos municípios próximos para a cidade. Inclusive, sustenta relações pendulares nas quais muitas pessoas se deslocam diariamente para trabalhar, estudar e comercializar em Campina Grande. Os fluxos ocorrem também inversamente, quando Campina Grande exerce o papel de polo industrial e de comércio, realizando a distribuição de mercadorias para outros centros comerciais próximos, como Esperança.

Embora se concorde que as relações entre os municípios que integram a RME não possuem caráter estritamente metropolitano, não é nosso objetivo aqui provar que Esperança não exerce nenhuma influência regional, ou uma influência muito baixa, e, por isso, desconsiderável na hierarquia urbana. Afinal, a afirmação de Esperança como a cidade-núcleo de uma Região Metropolitana tem respaldo legal – mesmo que a delimitação regional seja problemática em termos técnicos, os quais já foram abordados aqui e em outras pesquisas. Também existem políticas públicas de desenvolvimento regional, assim como a expansão dos IFs, que consideram questões técnicas da localidade e do entorno para que esta seja propícia a receber tais políticas, gerando benefícios para a região ou o entorno.

Aliás, está no cerne desta pesquisa o fato de Esperança ser contemplada com uma dessas políticas regionais de abrangência federal, isto é, a política de expansão dos IFs. Além do objetivo de desenvolvimento regional, políticas públicas desse caráter criam equipamentos urbanos que, certamente, viabilizam condições para uma dinamização dos sistemas urbanos, a reestruturação morfológica das cidades, e, conseqüentemente, o aumento do nível de integração regional. Esta integração possibilitará o aumento dos fluxos de pessoas, capital e

investimento em novas infraestruturas para comportar novos serviços e atividades essencialmente urbanas.

Portanto, em relação a vários dados socioeconômicos, o município de Esperança apresenta condições favoráveis para o desenvolvimento do comércio, a oferta de trabalho e a atração de investimentos públicos e privados.

Estas condições, atreladas ao contingente de população urbana e rural do município, atribuem à cidade de Esperança um nível de influência que ultrapassa os seus limites territoriais, alcançando cidades vizinhas. Levando em conta a classificação do IBGE para urbes com tais características, é possível afirmar que a cidade de Esperança pode ser considerada um Centro de Zona A. Isso se deve ao fato de que a cidade possui menor nível de atividade de gestão (por isso, ainda não exerce centralidade de natureza metropolitana) e uma população com cerca de 30 mil habitantes, a maior da RME.

Ainda assim, não se pode descartar a importância da gestão cooperativa entre municípios próximos para o desenvolvimento local, mesmo que em termos técnicos não seja possível afirmar uma gestão metropolitana. As relações político-administrativas já estabelecidas através de políticas públicas que beneficiem toda a Região, e utilizando os dispositivos institucionais garantidos à RME, são um passo importante na construção dessa cooperação para o desenvolvimento.

Um desses passos seria a implementação do Conselho de Desenvolvimento da RME que, embora tenha sido criado pela Lei Complementar nº 106, de 8 de junho de 2012, nunca foi efetivamente criado. Esta iniciativa viabilizaria com mais eficiência a busca por recursos e políticas públicas que não beneficiariam somente Esperança, mas os demais municípios que compõem a Região.

Como já atestado por Bú,

a legitimidade que falta para a Região Metropolitana de Esperança - PB só será conquistada quando os gestores dos municípios que a supracitada região metropolitana se mobilizarem e, através do Conselho de Desenvolvimento e Integração da RME, se articularem no sentido de elaborar e buscar os recursos estaduais e federais para a implantação dos projetos que visem solucionar os problemas comuns presentes no âmbito da RME (Bú, 2014, p. 24).

Neste sentido, os municípios da RME enfrentam problemas comuns entre municípios com menor influência de gestão no interior do Estado da Paraíba e da Região Nordeste. Tais problemas incluem insuficiência no abastecimento de água, falta de redes de transporte público adequadas, menores aportes financeiros para o investimento em serviços básicos,

como saúde e educação, e geração de renda na própria localidade. Todos estes aspectos são entraves para o desenvolvimento da Região em termos econômicos e sociais.

Evidentemente, nenhum dos municípios da RME ainda consegue assegurar que suas populações sejam atendidas pelos serviços fundamentais supracitados, sendo necessário que os cidadãos se desloquem para outros centros urbanos que forneçam serviços especializados. A cidade de Esperança, mesmo institucionalmente reconhecida como núcleo metropolitano, não fornece tais serviços para a sua região de influência. Sua própria população se desloca frequentemente para centros urbanos mais importantes, principalmente Campina Grande e João Pessoa, em busca de serviços, trabalho, comércio e lazer.

Obviamente, não é o objetivo aqui estipular metas utópicas a curto prazo para que estes municípios tornem-se autossuficientes e altamente integrados ao ponto de suas populações não necessitarem de modo algum se deslocarem para cidades próximas; mas se pretende evidenciar a possibilidade dos municípios da RME estabelecerem cooperações institucionais e administrativas para implementar políticas públicas para desenvolver determinados serviços que são fundamentais, e que até então não existem tais serviços ou são insuficientemente fornecidos.

Como seria impossível discutir somente neste trabalho os inúmeros benefícios da instalação de uma cooperação de gestão entre a RME, a seguir, tratar-se-á das potencialidades de desenvolvimento regional e urbano com a implantação do Campus Esperança do IFPB. O investimento público beneficiou principalmente a cidade em que o campus foi instalado, mas não se nega a importância que vem sendo consolidada para os municípios próximos a Esperança por tal obra ter facilitado consideravelmente o acesso ao nível de educação que esta instituição é capaz de fornecer aos estudantes, além da oferta de qualificação profissional por meio dos cursos técnicos oferecidos no campus.

2. Os impactos regionais da inserção do Campus Esperança do IFPB

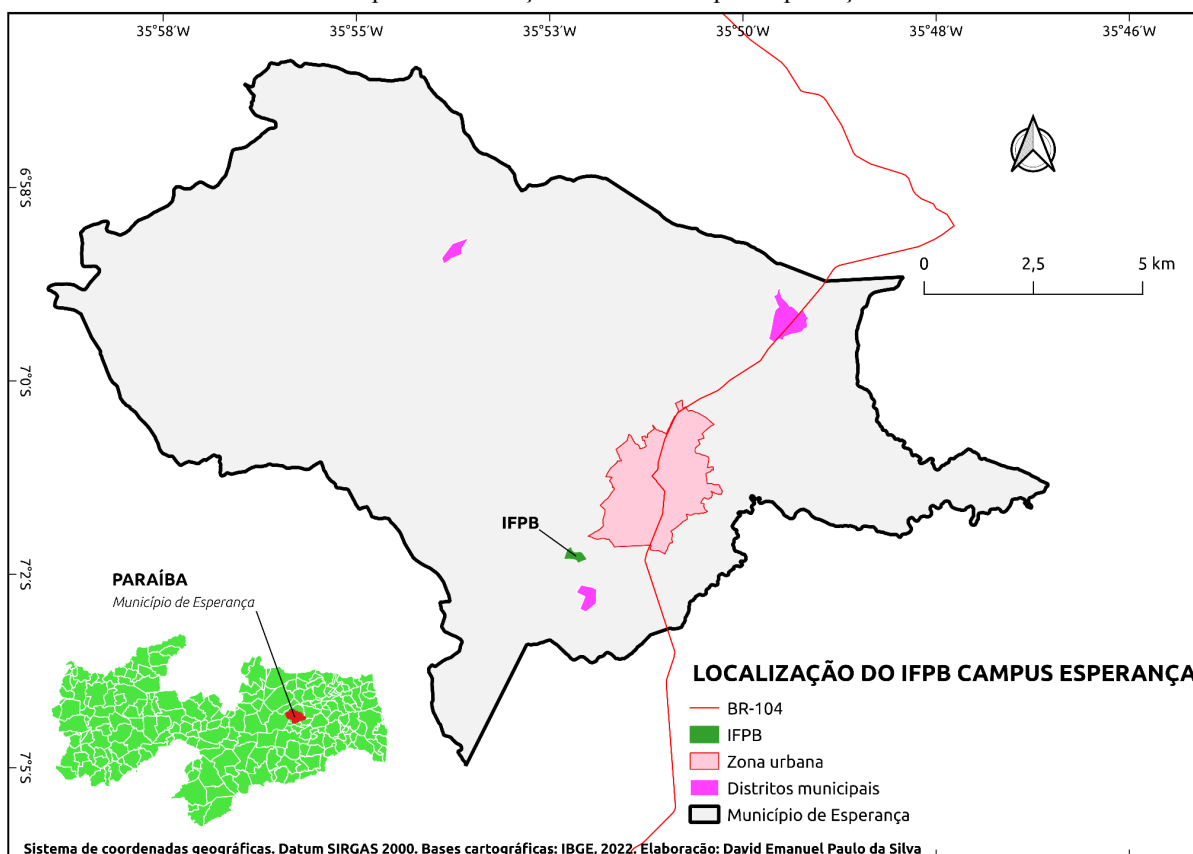
A política de expansão dos campi dos IFs é muito válida para facilitar o acesso à educação tecnologia e qualificação profissional de estudantes moradores de cidades interioranas e com difícil acesso a esse tipo de ensino, já que, até então, centros educacionais, como Campina Grande, ainda concentram grande parte da oferta de ensino superior, já que é nessas cidades que existem os bairros universitários e as maiores faculdades privadas. É evidente também que a existência de centros educacionais como estes contribuem para o desenvolvimento regional e local. O dinamismo econômico e poder de decisão política destas cidades acabam por “elegê-las” como propícias para inserirem em sua malha urbana áreas especializadas em centros universitários e outras instituições de ensino e pesquisa, públicas e privadas.

Em 15 de maio de 2009, o Senado Federal sancionou o Projeto de Lei Nº 197. Este projeto, apresentado pelo Senador Efraim Morais, autoriza o Poder Executivo a criar um campus do IFPB no Município de Esperança.

Na mesma ocasião, foram apresentados outros quatro projetos de lei com o objetivo de criar campi do IFPB nos Municípios de Boqueirão, Itaporanga, Mamanguape e Santa Luzia. Os documentos justificam os projetos de lei mencionando a política federal para interiorizar e territorializar a oferta de educação profissional e tecnológica. Além disso, destacam a necessidade de associar a economia local, que está fortemente baseada na produção agrícola, a um centro de excelência educacional. Este centro seria capaz de atender à demanda dos jovens concluintes do ensino médio e dos adultos que buscam, principalmente, qualificação profissional.

O mapa 2 mostra a localização do campus do IFPB no município de Esperança, bem como o algumas delimitações territoriais intramunicipais: os distritos municipais e a zona urbana do município identificada pelo IBGE conforme os setores censitários.

Mapa 2: Localização do IFPB Campus Esperança



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

O Campus Esperança teve suas atividades iniciadas em fevereiro de 2015, com a oferta do Curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) de Agente de Desenvolvimento Socioambiental, realizado nas instalações da E. M. E. F. Dom Manoel Palmeira da Rocha.

No segundo semestre de 2015, o Campus Esperança passou a funcionar na E. M. E. F. Josefa Araújo Pinheiro, cedida em forma de comodato, compartilhada pela Prefeitura Municipal de Esperança. Naquele primeiro ano de atividades, foi oferecido um curso preparatório para o Processo Seletivo para Cursos Técnicos (PSCT)³ e para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) para alunos da rede pública do município de Esperança.

Os municípios beneficiados diretamente com a implantação dos campi têm semelhanças com Esperança em termos econômicos e de importância regional. Dentro dos fundamentos políticos para a implantação do IFPB em Esperança e outros municípios paraibanos, não se considera apenas características técnicas desses municípios. Tais características incluem influência regional, dinâmica econômica e oferta de ensino superior e técnico. No entanto, a vontade política dos representantes também é um fator importante.

³ O PSCT é a forma de ingresso de estudantes nos Cursos Técnicos presenciais e EaD ofertados pelo IFPB.

O autor dos projetos de lei que autorizam a implantação dos campi mencionados é natural de Santa Luzia, um dos municípios paraibanos beneficiados por essa política. Pode-se afirmar que houve acordos entre prefeitos e parlamentares da época para viabilizar a busca pelos investimentos federais. Eles apresentaram suas justificativas para o desenvolvimento dos municípios da região e estabeleceram locais favoráveis para a construção dos campi, considerando as especificidades da economia urbana de cada município.

Essas discussões fundamentam o conjunto de articulações para definir quais municípios já possuíam as condições favoráveis ao recebimento da política de expansão dos IFs. Além disso, analisaram como cada economia local e a sociedade reagiriam a uma eventual concretização das implantações dos campi. Esses fatores deveriam ser considerados para garantir que a política pública atenderia de forma satisfatória a demanda da população pela Educação nos moldes dos IFs. Também ajudariam a definir quais cursos técnicos e a quantidade de vagas deveriam ser oferecidas para cada região.

A partir de fevereiro de 2016, foram iniciadas as atividades de ensino regulares, com os Cursos Técnicos Integrado e Subsequente em Informática. Já em 2019, o Campus passou a ofertar também o Curso Técnico Integrado em Sistemas de Energia Renovável.

A partir de janeiro de 2020, as atividades acadêmicas do Campus Esperança passaram a ser realizadas na sede do próprio Campus, que, apesar de ainda não estar concluída, foi disponibilizada – pela empresa construtora – uma parte do bloco acadêmico. A inauguração do Campus foi realizada em dezembro de 2021.

Segundo informações do PDI 2020-2024 do IFPB, o Campus Esperança conta no seu quadro de pessoal com 45 servidores e 262 estudantes matriculados, oriundos de distintos municípios que compõem a região de abrangência do Campus.

A inserção do Campus Esperança do IFPB tornou-se um importante marco para a promoção da educação profissional e da produção científica e tecnológica na região. A qualidade do ensino oferecido pelos IFs é notória, havendo uma grande adesão de estudantes de Esperança e municípios vizinhos desde a sua implantação, apesar do campus não oferecer uma grande diversidade de cursos como outras Instituições de Ensino Superior (IES) da região.

As políticas de expansão da Rede Federal de Educação O Governo federal criou nas últimas duas décadas diversas universidades e institutos de ensino superior públicos A maior parte dos campi construídos estão vinculados a instituições já existentes, e, muitos deles, são inseridos em cidades afastadas dos grandes centros urbanos do país. Muitas pesquisas já têm

acompanhado esse fenômeno buscando compreender seu impacto no desenvolvimento econômico.

A escassez de IES em cidades de pequeno porte, como as da RME, tem implicações significativas que vão além do deslocamento diário de estudantes para centros educacionais maiores, como Campina Grande, o que acarreta custos adicionais para esses estudantes, como transporte, alimentação e, em alguns casos, moradia. Além disso, a ausência de IES nessas localidades priva a região dos benefícios econômicos que essas instituições trazem, como a geração de empregos e o estímulo ao mercado local.

A tabela 5 apresenta os municípios da Região Geográfica Imediata de Campina Grande onde as principais IES atuam, tanto instituições públicas quanto privadas, que oferecem cursos presenciais. Ao observar a oferta de ensino superior e técnico na região com base na presença dessas instituições, fica evidente que Campina Grande concentra a grande maioria das IES. Essa concentração faz da cidade um polo importante de educação, para onde muitos estudantes da região se deslocam diariamente para suas atividades acadêmicas.

Tabela 5: Principais IES da Região Geográfica Imediata de Campina Grande

Município	IES	Número de Instituições
Campina Grande	Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Instituto Federal de Ciência e Tecnologia (IFPB), Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Centro Universitário Maurício de Nassau (Unifacisa), Centro Universitário Facisa (UNINASSAU), Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ)	6
Areia	Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Instituto Federal de Ciência e Tecnologia (IFPB)	2
Esperança	Instituto Federal de Ciência e Tecnologia (IFPB)	1
Lagoa Seca	Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)	1
Soledade	Instituto Federal de Ciência e Tecnologia (IFPB)	1

Fonte: E-Mec, 2024. Elaboração do autor, 2024.

Além da quantidade significativa de IES concentrada em Campina Grande, essas instituições também se destacam pela robustez de suas infraestruturas nos campi, oferecendo uma diversidade maior de cursos de ensino superior e técnico presenciais.

Em relação aos IFs da região, observamos que os únicos municípios que possuem campi são Campina Grande, Areia, Esperança e Soledade. Nesse contexto, os IFs se distribuem geograficamente de forma mais abrangente na região, facilitando o acesso ao ensino superior e técnico em cidades menores.

O Campus Esperança do IFPB tem uma área de abrangência que inclui vários municípios. A tabela 6, adaptada dos dados do PDI do IFPB (PDI) 2020-2024, mostra os municípios atendidos pelo campus no ano de 2020, considerando a quantidade de estudantes provenientes de cada um. A maioria desses municípios está na Região Geográfica Imediata de Campina Grande, com exceção apenas de Belém do Brejo do Cruz/PB.

Tabela 6: percentual de estudantes atendidos pelo Campus Esperança, por cidade

Cidades atendidas	Nº de alunos	%
Algodão de Jandaíra/PB	2	0,81
Arara/PB	2	0,81
Araruna/PB	2	0,81
Areia/PB	18	7,32
Areial/PB	10	4,07
Belém/PB	1	0,41
Belém do Brejo do Cruz/PB	1	0,41
Esperança/PB	141	57,32
Lagoa Seca/PB	1	0,41
Montadas/PB	4	1,63
Remígio/PB	50	20,33
São Sebastião de Lagoa de Roça/PB	12	4,88
Solânea/PB	2	0,81
Total de estudantes que foram atendidos	246	
Total de Cidades atendidas	13	

Fonte: Adaptado do PDI 2020-2024 do IFPB, 2020.

As principais cidades atendidas pelo Campus Esperança em 2020 foram Esperança, Remígio, Areia, São Sebastião de Lagoa de Roça e Areial. Essas cidades representam mais de 90% do atendimento do Campus, sendo que 42,68% dos estudantes não eram moradores do próprio município de Esperança.

Apesar de relativamente recente, a inserção do Campus Esperança do IFPB já desempenha um papel importante na oferta de ensino superior e técnico para estudantes vindos principalmente da RME, como também de alguns municípios mais distantes. A tendência é que a importância do IFPB na cidade de Esperança continue a crescer com a adesão de novos estudantes e o aumento do número de vagas e modalidades de cursos oferecidos pela instituição.

Os dados da tabela 7 são essenciais para compreender a capacidade de atendimento da instituição e para o planejamento das vagas nos próximos anos.

Tabela 7: Evolução do quantitativo de vagas ofertadas em cursos no IFPB Campus Esperança (2016-2022)

Cursos	Vagas ofertadas		
	2016	2018	2023
Curso Técnico em Informática - Integrado	40	40	40
Curso Técnico em Informática - Subsequente	80	80	80
Curso Técnico em Sistemas de Energia Renovável - Integrado		40	40
Análise e Desenvolvimento de Sistemas			80
Total	120	160	240

Fonte: IFPB, 2024.

Desde o início de seu funcionamento em 2016, o IFPB Campus Esperança ofertou 120 vagas distribuídas entre o Curso Técnico em Informática (integrado ao ensino médio) e o mesmo curso oferecido de forma subsequente (não integrado ao ensino médio). Posteriormente, em 2018, foi criado o Curso Técnico em Sistemas de Energia Renovável, incrementando 40 vagas ao quantitativo total. Recentemente, o Campus também passou a oferecer o Curso Tecnológico de Análise e Desenvolvimento de Sistemas, elevando o total de

vagas ofertadas para 240. A adesão expressiva de estudantes da cidade de Esperança e região reforça o papel fundamental do IFPB na educação local e regional.

Diversas cidades pequenas, ao se tornarem sedes de importantes IES, desenvolveram novas dinâmicas econômicas e urbanas. Um exemplo é Pau dos Ferros, no Rio Grande do Norte, que, com uma população de 30 mil habitantes, assemelha-se a Esperança em tamanho. Desde 1976, a cidade acolheu várias IES, começando com um campus da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Em 2009, foi inaugurada uma unidade do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), seguida, em 2012, por um campus da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (Ufersa). Atualmente, Pau dos Ferros também possui instituições privadas, como a Faculdade Anhanguera e a Faculdade Evolução Alto Oeste Potiguar (Facep), atraindo estudantes de várias regiões.

Este fenômeno conferiu à cidade uma vocação educacional, tema de uma pesquisa publicada em 2022 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) na coletânea "Universidade e território: ensino superior e desenvolvimento regional no Brasil do século XXI". Os autores observaram um significativo crescimento do mercado imobiliário local, com a criação de dez novos bairros entre 2010 e 2015, e um aumento de 102,5% no emprego formal de 2000 a 2010, superando as vagas geradas pelas IES públicas.

Lucas Medeiros do Nascimento Gonçalves, em seu trabalho de conclusão de curso na Unidade Acadêmica de Geografia (UAG) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), analisou as transformações urbanas em Picuí, Paraíba, decorrentes da inserção de um campus do IFPB entre 2008 e 2019. O estudo revelou que o campus influenciou a organização territorial e o crescimento urbano, criando uma nova centralidade e impulsionando a expansão territorial, especialmente com novas áreas residenciais e loteamentos imobiliários. Esse crescimento foi motivado pelo interesse de investidores imobiliários em áreas com alto potencial de retorno financeiro, demonstrando uma seleção territorial focada no lucro.

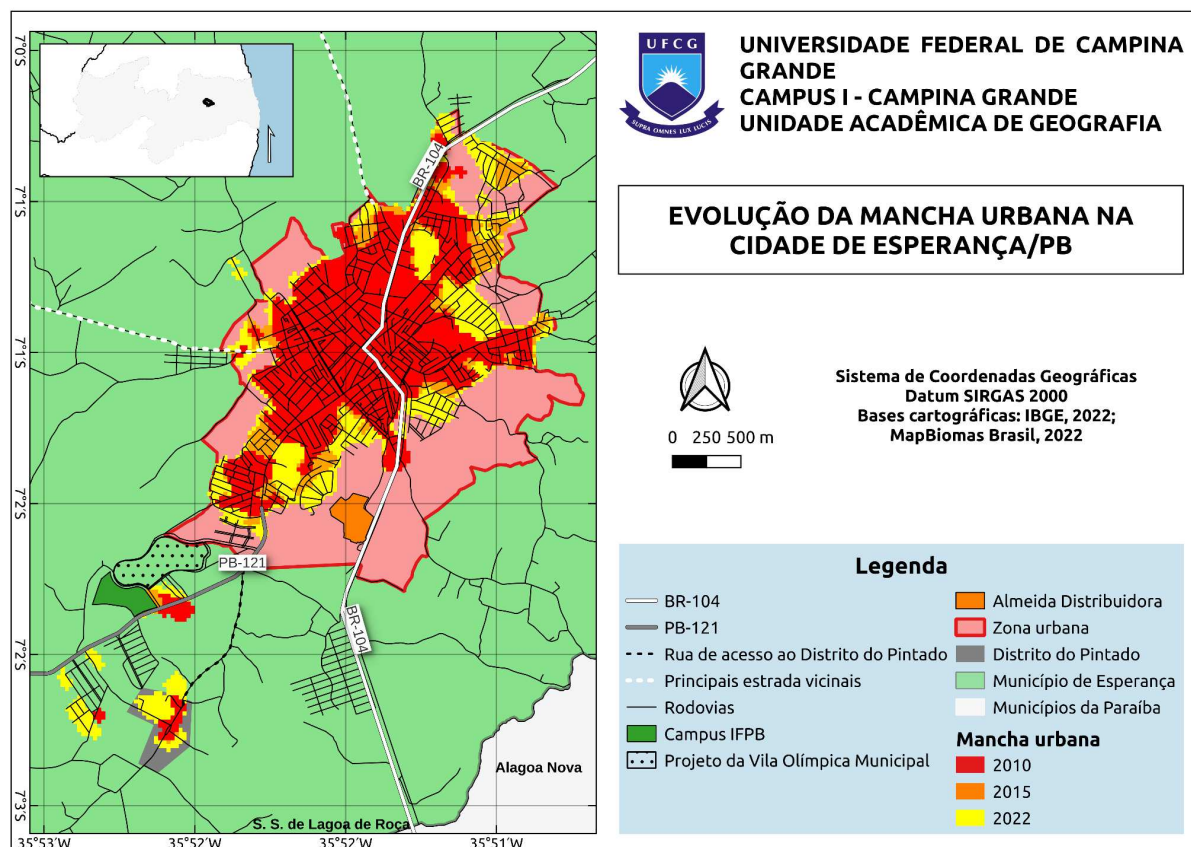
Esses impactos locais e regionais que as instituições educacionais exercem sobre a economia e a organização urbana, particularmente notáveis em cidades menores, foram documentados tendo como referência um período considerável, o qual foi suficiente para que tais transformações ocorressem. Esse fenômeno também se manifesta na cidade de Esperança, embora seus efeitos sejam mais recentes em comparação com os exemplos anteriormente citados. Isso se deve à recente implementação do Campus Esperança do IFPB, cujo projeto data de 2009. No entanto, a instituição começou a operar efetivamente apenas em 2016, e o campus foi inaugurado em 2021.

Apesar da recenticidade, é possível analisar o fenômeno em relação à organização urbana preexistente da cidade de Esperança, anterior à chegada do IFPB. Essa perspectiva nos oferece uma visão mais abrangente das mudanças urbanas e identifica os principais agentes dessas transformações. Ademais, tal análise pode revelar tendências nos processos urbanos, como o fortalecimento do comércio, o aquecimento do mercado imobiliário, a expansão urbana em direções específicas e as manobras político-administrativas voltadas para a atração de investimentos. Dessa forma, é possível articular os diversos fatores que influenciam o padrão de urbanização observado e seus impactos nas várias esferas da sociedade.

3. Caracterização do espaço urbano de Esperança

O mapa 3, a seguir, contribui para compreendermos a evolução da mancha urbana de Esperança, bem como a localização dos elementos espaciais mencionados neste trabalho.

Mapa 3: Evolução da mancha urbana de Esperança (2010-2022)



Fonte: Elaboração do autor, 2023.

Destaca-se como principais atores de produção do espaço que estão contribuindo para a expansão da malha urbana de Esperança aqueles voltados para o ramo imobiliário, e isto inclui proprietários de terra e os promotores imobiliários (loteadores, construtoras e incorporadoras imobiliárias, corretores imobiliários).

Neste sentido, como afirma Harvey (2014), a cidade como a conhecemos é fruto do excedente de produção capitalista:

[...] para produzir a mais-valia, os capitalistas têm de produzir excedentes de produção. Isso significa que o capitalismo está eternamente produzindo os excedentes de produção exigidos pela urbanização. A relação inversa também se aplica. O capitalismo precisa da urbanização para absorver o excedente de produção que nunca deixa de produzir. Dessa maneira, surge uma ligação íntima entre o desenvolvimento do capitalismo e a urbanização (Harvey, 2014, p. 30).

A especulação imobiliária, um fenômeno da economia urbana, é observável em cidades de todos os tamanhos, desde pequenas cidades até metrópoles nacionais. É uma das principais atividades do mercado que utiliza a dinâmica do preço da terra para obter lucro. Essa forma de exploração do espaço é impulsionada pela busca constante do mercado imobiliário por oportunidades de atuação, baseadas em condições propícias de faturamento que uma área pode representar.

Aqui reside uma importante estratégia do mercado imobiliário para se apropriar de espaços urbanos (e até mesmo rurais, que serão explorados pela especulação do valor da terra) e assim obter lucro: o aparato estatal, que em tese deve gerir as formas que os espaços urbanos são utilizados (objetivando garantir o “desenvolvimento” e a proteção do direito à cidade sem distinção de classes), serve muito mais para a promoção de políticas públicas que beneficiam o acúmulo de capital.

Embora tais políticas sejam apresentadas com a narrativa de promover um certo desenvolvimento social, podem estar alinhadas com interesses econômicos privados. Apesar da atividade imobiliária ser mais intensa nas franjas urbanas de Esperança, através dos loteamentos, conjuntos habitacionais, construção de condomínios privados, é notável também que esta atividade se dá de forma desigual e em níveis de intensidade diferentes no espaço urbano.

O que determina isso, geralmente, é o preço mais baixo da terra e a expectativa de valorização dos bens imobiliários nessas áreas. Para este último ponto, existem vários processos e ações determinantes para a valorização estritamente econômica nas áreas de especulação imobiliária. A interação dos atores públicos e privados – o Estado, com políticas públicas de desenvolvimento urbano, assim como empresas industriais e de serviços – molda o espaço e suas estruturas, atuando em locais específicos da cidade para criar novas formas de ocupação e uso do espaço.

O processo de transformação das áreas urbanas é um tema bastante discutido no meio acadêmico, sob a ótica de várias ciências e metodologias de pesquisa. Para a cidade de Esperança, também existem trabalhos sobre este tema, que serviram de fonte de dados secundários e discussão teórica para esta pesquisa.

Costa (2017), em sua “Análise do Crescimento Urbano de Esperança”, inclui os principais fatores que influenciaram a evolução da mancha urbana e a reestruturação física da cidade, entre 1970 e 2015, período analisado pelo autor. Os fatores considerados foram: a situação geográfica da cidade em função das principais rodovias que se conectam com outras cidades, isto é, a rodovia estadual PB-121 e a federal BR-104; a instalação de novas empresas em áreas periurbanas; e a construção de conjuntos populares e condomínios privados.

Segundo Costa, estes fatores são responsáveis pelo *crescimento horizontal* de Esperança, mas também são importantes para a reestruturação morfológica da cidade. A respeito deste último aspecto, Costa discute as mudanças históricas que ocorrem sobre o uso e ocupação do centro de Esperança. Segundo o autor, ao longo dos anos, o centro vem sendo modificado em função da intensificação das atividades comerciais devido ao aumento do número de estabelecimentos comerciais nesta área.

Novos edifícios, que substituem as construções antigas (em sua maioria, residenciais), vêm sendo projetados para abrigar lojas e outros tipos de estabelecimentos comerciais. Costa também faz um apontamento importante a respeito do tipo de ocupação residencial da cidade. Ele afirma que as novas edificações possuem características de sobrados ou pequenos condomínios verticais, e que essas construções ocupam tanto o centro, em função do status social, quanto a periferia.

Normalmente são pequenos prédios com dois ou três pavimentos voltados para a habitação, enquanto o térreo é usado para lojas. Esta reestruturação foi considerada pelo autor como *crescimento vertical*. Esse tipo de construção, que tem sido visto com cada vez mais frequência no centro de Esperança, é bem característico de pequenos centros urbanos que já possuem uma importância local devido às atividades comerciais, já que mantêm habitações nas zonas centrais ao mesmo tempo que mantêm o funcionamento do comércio.

No caso de Esperança, não se nota que esse tipo de habitação e/ou prédio comercial tenha reestruturado o espaço urbano de forma a considerarmos um processo de verticalização da cidade, pois esse processo geralmente é característico de cidades médias, a exemplo de Campina Grande, onde os promotores imobiliários atuam para construção de grandes edifícios residenciais ou empresariais em várias zonas. Este processo ainda não é evidente em Esperança, já que grandes edifícios, ou prédios com pelo menos cinco pavimentos, ainda surgem de forma muito tímida em Esperança.

Ainda em relação ao centro de Esperança, Oliveira (2020) também concorda que a área central da cidade é voltada para a elite e para o comércio. Segundo ele, “no centro da cidade, as únicas residências que ainda concorrem com os prédios comerciais são as das elites locais,

com alto poder aquisitivo e condições de habitar nesse espaço, no qual a supervalorização expulsa os mais pobres para áreas mais distantes e menos valorizadas da cidade” (Oliveira, 2020, p. 26).

Apesar dessa segregação espacial que força a população mais pobre a habitar a periferia, devido ao menor preço da terra nessas áreas, formando subúrbios, Oliveira também reconhece que é na periferia que a especulação imobiliária ocorre de forma mais intensa. Esta atividade é atrativa para as diferentes classes sociais, que se direcionam para essas áreas, desde a construção de condomínios fechados até a compra de lotes ou ocupações irregulares.

Ainda segundo Oliveira, as zonas de subúrbio concentram-se principalmente às margens da BR-104, nas principais saídas da cidade. O que se observa como fator provocador desta ação, ou seja, do direcionamento de áreas residenciais para essas áreas mencionadas, é o distanciamento de populações com menor poder aquisitivo do centro comercial da cidade, com o preço da terra mais valorizado e acessível para pessoas de menor renda.

No entanto, vale ressaltar que esta distinção espacial não é tão bem delimitada, o que significa que, até o momento, não é viável afirmar que somente o centro da cidade é elitizado, e somente ali se concentram atividades “realmente” comerciais, enquanto existem pelo menos duas áreas de subúrbio. Quando se considera as microterritorialidades, percebe-se que a organização do espaço urbano de Esperança é um pouco mais complexa, e as diversas formas de ocupação se dissolvem no meio urbano.

É possível concordar com Oliveira no ponto em que é no centro de Esperança que acontecem as relações comerciais mais privilegiadas, é onde existe uma maior variedade de produtos e serviços, e, portanto, o valor da terra, dos edifícios e dos aluguéis é mais elevado do que em qualquer outro bairro. Mas também é verdade que a população mais pobre também compra nos supermercados, nas lojas de roupas com preço mais acessível, nas lanchonetes, nas lojas de eletrônicos, nos bares, na feira livre, nas farmácias, espaços frequentados também pela classe média, e todos localizados no centro.

Porém, como já ressaltamos anteriormente, embora seja evidente que o comércio de Esperança é o mais dinâmico da microrregião de Esperança, ou da RME, ele ainda não fornece todo tipo de serviços e produtos, tornando desnecessário o deslocamento de consumidores para grandes centros comerciais, como Campina Grande. Isso se torna mais claro quando se considera que os produtos e serviços verdadeiramente voltados a uma elite econômica, como lojas de automóveis novos, de roupas de marcas famosas, por exemplo, não podem ser encontrados em Esperança, o que torna o comércio central de Esperança bem mais “popular” do que se pensa.

Então, mais uma vez constata-se que a elitização do centro de Esperança mencionada por outros autores supracitados manifesta-se no preço da terra dos edifícios e dos aluguéis em função das vantagens comerciais, se comparadas às de outros bairros e zonas, mas o comércio não é voltado unicamente para uma elite econômica, mas sim, formado e criado também pelas formas de consumo mais acessíveis à classe trabalhadora.

Essas formas de consumo também são encontradas com cada vez mais frequência em outras zonas da cidade, em locais mais afastados do centro. A exemplo de pequenos mercados, conveniências, salões de beleza, oficinas mecânicas e lojas de materiais de construção. A abertura desses pequenos comércios acompanha a expansão da malha urbana, visando atender outros mercados, embora ainda de forma bem tímida.

Esperança tem passado por constantes transformações em sua estrutura urbana e na forma como esta é organizada. Essas transformações não manifestam-se apenas na morfologia dos edifícios presentes no centro, que são modificados para se adequarem ao comércio, como apontou Costa. Elas não são apenas perceptíveis, mas responsáveis pelas maiores transformações do espaço urbano de Esperança, manifestas na expansão da franja urbana.

Elas são resultado de ações de atores públicos e privados, cuja interação molda o espaço e suas estruturas, mas, na maioria das vezes, são ações provocadas para atender a interesses hegemônicos, os quais não estão atrelados, necessariamente, a demandas populares. O mercado imobiliário voltado para habitações não é o único fenômeno responsável pelo crescimento das cidades, mas certamente, em cidades pequenas, como Esperança, é a atividade econômica que demanda maiores extensões do território, já que atua diretamente na comercialização da própria terra. Consequentemente, essa é também a atividade mais impactante da segregação urbana, pois visa extrair o maior valor de troca possível de áreas específicas.

Ao longo da formação da cidade de Esperança, não houve um planejamento que direcionasse a forma como a cidade deveria crescer e se desenvolver. Não foram claramente delimitadas zonas comerciais, de habitação, de indústria e de possível expansão. O que se observou é que essas atividades se surgiram no espaço de forma espontânea, sem um ordenamento, e em função do comércio da região.

O surgimento da feira livre no centro, que até hoje atrai comerciantes de outras cidades, e a construção de importantes rodovias que ligam essas cidades a centros urbanos maiores, a BR-104 e a PB-121, consolidou Esperança como um importante centro para as atividades comerciais do circuito inferior e, mais tarde, atividades do circuito superior. Assim, o centro da cidade vem sendo voltado para o comércio.

De modo semelhante, o sistema viário que corta Esperança também contribuiu para a expansão das áreas de habitação. As residências e o surgimento de novas ruas e outros espaços públicos ocorreram ao longo das principais rodovias, mesmo que de forma desordenada. Além das moradias, as maiores empresas industriais e comerciais vieram a se instalar ao longo da BR-104, principalmente próximas às saídas da cidade. Segundo a análise feita por Costa sobre o crescimento urbano de Esperança, um dos fatores aos quais se deve a evolução da mancha urbana de Esperança nos sentidos das principais rodovias que cortam a cidade de norte a sul, está relacionado a instalação dessas empresas, que, em sua maioria são do ramo da produção e distribuição de materiais de construção, pois elas

[...] contribuem para o crescimento urbano porque precisam de espaços amplos para acomodar e estruturar todas as operações de logística e um amplo quadro de funcionários. As áreas onde estas empresas se instalam vão se valorizando devido a facilidade de deslocamento, ou pelas oportunidades que surgem em seus arredores. Este tipo de comércio gera oportunidades de emprego, tanto para os moradores locais quanto para os que moram nas vizinhanças, pela necessidade de ocupação das vagas ofertadas em uma série de funções e mão de obra especializadas (Costa, 2017, p. 19).

Nesta análise, Costa observa que a presença das fábricas e centros de distribuição de mercadorias, com o tempo, ajuda a valorizar as imediações, pois essas empresas necessitam de novas infraestruturas para operarem no local. Além disso, segundo o autor, além da influência dessas empresas ser refletida no ordenamento do espaço urbano, elas também contribuem diretamente na geração de emprego para as pessoas que moram próximas a elas.

É bem verdade que essas empresas têm a capacidade de empregar uma grande quantidade de pessoal, considerando o contingente populacional da cidade. Embora não seja possível afirmar que essas empregadoras irão absorver preferencialmente a mão de obra moradora das proximidades, ou seja, do próprio bairro, já que muitos de seus trabalhadores se deslocam de várias localidades do município e até de municípios próximos, a instalação de empresas desse ramo demanda boa infraestrutura (rodovias, fornecimento de água e energia elétrica, captação de esgoto) para poder escoar sua produção e realizar a distribuição de produtos vindos de outras regiões.

Portanto, isto acaba por contribuir com a transformação física dessas áreas e até mesmo podendo atrair novos investimentos públicos e privados nesses locais. Porém, é importante salientar que essas transformações nem sempre são tão benéficas para a população do entorno, pois têm o objetivo de atender interesses hegemônicos, os quais são concomitantes à iniciativa privada. Ainda se perpetua esse tipo de organização, o que, ao

mesmo tempo que define as formas do uso da terra, também se reflete nos problemas sociais-urbanos.

Neste processo, surgiram comunidades com péssimas qualidades de infraestrutura – desde serviços públicos fundamentais de habitação humana, como o abastecimento de água, até a falta de áreas de lazer –, ao mesmo tempo que são construídos condomínios fechados em zonas de futura expansão. Esta situação é bem notável no Bairro Portal, um dos bairros que mais cresceram, localizado ao sul da cidade – a análise da expansão urbana ocorrida ultimamente no Portal é importante para entendermos o direcionamento dessa expansão, o que é feito mais adiante na presente pesquisa.

Somente em 2006 é que surgiu uma visão mais consolidada do ordenamento urbano de Esperança com a criação do Plano Diretor Participativo de Esperança, que trouxe junto ao corpo da Lei complementar nº 41, de 30 de novembro de 2006, representações cartográficas do espaço urbano de Esperança, como os limites territoriais, a planta baixa, a evolução urbana, as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), mapa da malha viária, etc. Este foi um passo importante para formulações de metas para o desenvolvimento urbano e o crescimento ordenado da cidade.

O que se pode afirmar, até então, é que vários problemas de infraestrutura ainda persistem, devido à falta de um planejamento que viabilize um tipo de reestruturação dos espaços públicos de forma a atender aos interesses sociais, melhorando a qualidade de vida. A maior parte da construção de moradias populares é baseada nas condições econômicas dos trabalhadores. Estas condições não permitem a aquisição de imóveis de valor imobiliário especulativo. Esta situação leva a população mais pobre a construir suas moradias em locais de baixo valor social e capitalização, formando zonas de subúrbio, como apontou Oliveira.

4. As imediações do Campus: transformações recentes e potenciais

Recentemente, a construção de loteamentos tem se intensificado em Esperança, o que é uma forma de planejamento de áreas habitacionais que garante ao menos que as casas e demais edifícios serão construídos em locais com maior facilidade para a chegada de serviços básicos, como o fornecimento de água, capeamento asfáltico (ou calçamentos), iluminação e rede de esgoto.

Nota-se que a incidência do uso de espaços urbanos e rurais para a construção desses loteamentos é mais frequente nas franjas urbanas, produzindo novos espaços urbanizados, e, conseqüentemente, provocando a expansão da cidade para determinadas áreas, sejam estas periurbanas ou que ainda sustentem, de forma majoritária, atividades agrícolas próximas à cidade.

Como foi discutido anteriormente, a cidade de Esperança vem se expandindo nos sentidos norte-sul, no sentido das principais rodovias que cortam a cidade por muito tempo. Este processo, impulsionado pela atividade imobiliária, criou zonas de expansão localizadas nas franjas urbanas. Com isso, também surgiram bairros populares inteiros, como é o caso do Bairro Portal.

Os autores que analisaram a expansão urbana de Esperança, como Costa e Oliveira, conseguiram evidenciar que o surgimento do Portal, antes zona rural do município, foi provocado de forma intensa pelo loteamento de terras para o arruamento e construção de residências populares. A construção de condomínios fechados e de outros empreendimentos privados, como a instalação de empresas industriais e comerciais, também contribuíram para isso. Aliás, a Almeida Distribuidor de Materiais de Construção, a maior empresa em receita e número de funcionários, está localizada nesse bairro.

O principal acesso ao Portal é articulado com o Centro através das saídas para a PB-121, que também liga a cidade de Esperança a outros povoados e ao município de Areial. O Portal ainda enfrenta problemas de infraestrutura, como a falta de canalização de água e esgotamento sanitário. Além disso, Esperança ainda não possui um sistema integrado de transporte público para o uso geral, o que dificulta o deslocamento de seus moradores para o centro da cidade, considerando a distância. Para aquelas pessoas que não possuem transporte particular, os meios mais utilizados são as moto-táxis ou até mesmo o transporte escolar.

Apesar disso, o bairro ainda não parou de crescer, mas tem surgido novos conjuntos residenciais e novas estruturas urbanas. Assim como a maioria das comunidades urbanas periféricas de Esperança, o Bairro Portal estabelece relações mais estreitas com a ruralidade,

principalmente naquelas áreas periurbanas, onde ainda existe atividade agrícola, como a criação de animais e a paisagem se confunde entre os elementos urbanos e rurais.

Essa realidade reflete o processo de transição que este local tem passado, ou seja, as atividades agrícolas têm diminuído, apesar de existirem de forma mais tímida, enquanto as propriedades rurais têm sido desapropriadas para viabilizar a expansão do setor imobiliário e para novos empreendimentos públicos e da iniciativa privada. As áreas mais afetadas por essa nova dinâmica estão inseridas ao que corresponde aos logradouros denominados Sítio Pintado e Sítio Timbaúba, e delimitados territorialmente pelo Censo Agropecuário do IBGE de 2017.

Os limites dos dois logradouros confluem com o perímetro urbano de Esperança, suas vias têm acesso direto ao Bairro Portal, e possuem extensões territoriais semelhantes ao perímetro urbano. Na maior parte do território desses logradouros é predominante a agricultura de subsistência em minifúndios, possuindo uma baixa densidade demográfica.

O que se observa em relação à população rural de Esperança é que esta tem diminuído em decorrência da migração dos seus moradores para a cidade ou para povoados mais próximos. Isto se deve pela importância cada vez maior das atividades econômicas urbanas para o município, pelo crescimento do comércio, da indústria e da prestação de serviços, superando as atividades agrícolas, contribuindo diretamente para a oferta de emprego e o crescimento da cidade.

Além dos dados estatísticos que demonstram o aumento da importância das atividades urbanas para a economia local, a identificação de zonas de expansão provocadas pela atividade imobiliária e a alteração do perímetro urbano, bem como políticas públicas voltadas para o meio urbano, também comprovam isso. Portanto, o que se nota na dinâmica urbana de Esperança são fenômenos urbanos também observáveis na maioria das cidades pequenas, mas principalmente naquelas que já exercem alguma polaridade regional ou que estão sendo designadas para isso.

Como afirma Roberto Corrêa (2011), “é possível afirmar que a pequena cidade do final do século XX e início do século XXI constitui-se em um nó minúsculo em uma vasta e complexa rede urbana, na qual o papel que desempenhava nas relações urbano-rural foi alterado.” Porém, nem sempre a população rural migra diretamente para áreas já urbanizadas, mas, o que se observa em grande parte nesse tipo de migração, é que as pessoas tendem a morar em locais onde o preço da terra ainda é relativamente baixo e acessível para quem está em busca de novas oportunidades de trabalho.

Já explicitamos aqui que, geralmente, as localidades com preço de imóveis acessíveis estão nas áreas periféricas e periurbanas, mesmo que a especulação imobiliária crie

expectativas em preços mais altos posteriormente. O que contribui para a procura desses imóveis e, conseqüentemente, a sua valorização, é a proximidade com estabelecimentos importantes socialmente e economicamente, como centros comerciais, as indústrias e importantes instituições de ensino – o IFPB, por exemplo –, onde há um trânsito cotidiano mais intenso; ou seja, a proximidade com esses estabelecimentos facilita o deslocamento diário das pessoas.

Quando as áreas já alcançaram um valor imobiliário elevado, formam-se comunidades próximas ao perímetro urbano, mesmo ainda na zona rural. É o que ocorre com o distrito do Pintado, há poucos metros do perímetro urbano. O distrito, antes uma pequena comunidade rural do Sítio Pintado, se tornou mais importante recentemente devido ao seu adensamento populacional.

Elevado à essa categoria em 2010, o distrito do Pintado vem recebendo investimentos do município em obras públicas para melhorias de habitação e acessibilidade dos moradores do distrito ao centro da cidade. Isso inclui um trecho de 1.140 metros de pavimentação ligando o distrito do Pintado à PB-121, que dá acesso à cidade, além da construção de uma praça recreativa, a reforma de uma escola municipal localizada no distrito e a construção de uma quadra poliesportiva, obras que visam atender os moradores do distrito e do logradouro do Pintado.

O município de Esperança possui três distritos, excluindo o distrito-sede: São Miguel, Massabielle e o distrito do Pintado. Cada um desses distritos apresenta densidades demográficas e níveis de expansão diferentes. São Miguel, o maior deles, expandiu-se territorialmente mais rapidamente que os demais. Isso se deve principalmente à sua posição geográfica favorável. O distrito está localizado entre as cidades de Esperança e Remígio, sendo cortado pela BR-104. Essa localização beneficia o pequeno comércio do Distrito de São Miguel devido ao fluxo de pessoas e mercadorias, resultando em um adensamento demográfico.

O distrito de Massabielle, por sua vez, possui relações mais estreitas com o meio rural. Além disso, é o distrito mais distante de qualquer cidade, com acesso exclusivamente por estradas vicinais. Essa situação dificulta o desenvolvimento de atividades comerciais e impede um crescimento territorial mais rápido. No entanto, no momento desta pesquisa, já existiam projetos de capeamento asfáltico das estradas de acesso ao distrito de Massabielle, o que facilitaria a locomoção da população local e dos moradores circunvizinhos em direção à cidade de Esperança.

O distrito do Pintado (figura 1) possui uma posição geográfica que favorece sua expansão territorial urbana de forma distinta dos demais. Apesar de ser o menor distrito do município, o Pintado tem absorvido cada vez mais a população rural de seu entorno. Isso se deve às características mencionadas anteriormente: sua proximidade com a cidade e o acesso facilitado a estabelecimentos importantes, além dos baixos preços de imóveis com tendência à valorização. Essa tendência pode ser explicada por uma série de fatores relacionados ao crescimento da cidade de Esperança.

Figura 1: Distrito do Pintado



Fonte: Google Street View, 2023.

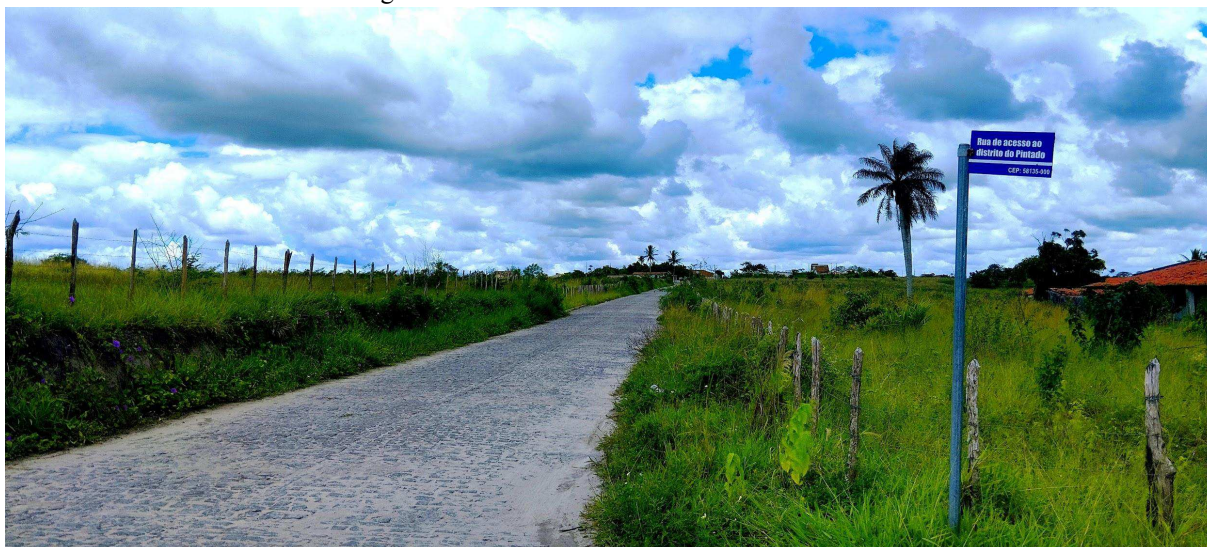
Em razão da frequente movimentação de trabalhadores e estudantes, no ano de 2021, a administração municipal concluiu a obra de pavimentação da estrada vicinal principal. Esta via é a responsável por conectar o distrito do Pintado à cidade de Esperança. Com aproximadamente 1,14 km de extensão, a estrada pavimentada (figura 2) proporciona uma melhoria significativa no trânsito diário dos residentes da localidade.

Além disso, a administração municipal divulgou planos para a construção de novas rotatórias e passagens que facilitarão o acesso às rodovias existentes. Entre as vias contempladas estão a rua de acesso ao distrito do Pintado, a rodovia PB-121 e a via de acesso ao campus do IFPB. Essas melhorias visam otimizar o fluxo de trânsito no local e proporcionar um acesso mais ágil a locais de relevância.

Em virtude da proximidade do distrito do Pintado com o perímetro urbano, dos amplos loteamentos, do campus do IFPB e da rapidez com que esse distrito vem crescendo em termos de concentração de residências – inclusive superando o ritmo de expansão das áreas loteadas –, pode-se afirmar que há condições propícias para que, a curto e médio prazo, o Pintado se

cresça até alcançar o perímetro urbano, aproximando-se das estruturas urbanas já existentes, como as áreas de lotes adjacentes ao Campus do IFPB.

Figura 2: Rua de acesso ao Distrito do Pintado



Fonte: Acervo do autor, 2024.

A franja urbana tem demonstrado um processo de expansão direcionada aos logradouros do Pintado e de Timbaúba. Entre os fatores relevantes deste processo, destacam-se a construção do Campus Esperança do IFPB, as obras da Vila Olímpica Municipal, a implementação de um complexo industrial, a construção de pousadas, áreas de lazer e loteamentos, e projetos de reestruturação de rodovias no local. Todas essas obras e estruturas urbanas estão localizadas próximas umas das outras, articuladas com a PB-104, ruas pavimentadas e estradas vicinais.

O terreno, com cerca de 7 hectares para a construção do campus do IFPB, foi doado pela prefeitura do município, localizado em uma área antes considerada zona rural no logradouro de Timbaúba, a 800 metros do perímetro urbano vigente na época.

Com o início das obras do campus, surgiu também o projeto urbanístico do Loteamento Esperança, uma das maiores obras de loteamento de terrenos para construção de residências urbanas em Esperança, devido à sua extensão, o que levou a empresa responsável pela obra a comprar parte das propriedades rurais do local. O loteamento é de responsabilidade da empresa Sales e Silva Empreendimentos. A empresa está sediada no município de Toritama, Pernambuco, e é especializada em empreendimentos urbanísticos em outros estados do Nordeste. A obra urbanística é composta por duas grandes áreas loteadas, chamadas de unidades I e II do Loteamento Esperança, totalizando cerca de 218.425 m² voltados à construção de residências e comércio. Essas áreas de loteamento seguem características de

infraestrutura parecidas com a maioria dos loteamentos que são feitos no município (figuras 3, 4 e 5).

Figura 3: Loteamento Esperança I



Fonte: Acervo do autor, 2024.

Figura 4: Loteamento Esperança I



Fonte: Acervo do autor, 2024.

Figura 5: Loteamento Esperança II



Fonte: Acervo do autor, 2024.

Figura 6: Construção de área de lazer em casa de eventos próxima ao Loteamento Esperança II



Fonte: Acervo do autor, 2024.

Geralmente, esses loteamentos não contam com todas as infraestruturas necessárias para a construção de moradias. As empresas responsáveis se limitam a comprar as propriedades rurais, destruir as construções existentes, derrubar a vegetação, aterrar canais e corpos hídricos naturais; em seguida, realizam a terraplanagem de toda a área, demarcam os lotes, as futuras vias de acesso com o meio-fio e instalam a rede elétrica. O processo de venda dos lotes é feito mesmo antes, durante e após o término das obras. Enquanto os primeiros moradores e comerciantes chegam a ocupar a área, e surgem as construções, ainda não há rede pública de esgotamento sanitário, rodovias pavimentadas, áreas de lazer – como praças públicas –, unidades de saúde próximas, fornecimento de água, nem mesmo a garantia de

segurança pública. Essas são as condições gerais do Loteamento Esperança, assim como a maior parte das obras desse tipo feitas no município.

Apesar disso, a dinâmica imobiliária tem sido um forte atrativo para investidores que adquirem terrenos com a expectativa de vendê-los por valores mais altos no futuro. Essa mesma crença também motiva compradores da classe média, moradores da zona rural e trabalhadores da cidade a comprar terrenos para construir suas residências e pequenos sobrados, nos quais, frequentemente, escolhem residir.

Essa dinâmica indica que as empresas vendedoras de terrenos antecipam uma valorização da área, o que justificaria a atração de novos compradores e serviços, e consequentemente, a realização de melhorias nos conjuntos habitacionais. No entanto, existem aqueles compradores que adquirem lotes sem a intenção imediata de construir. Muitas vezes, esses terrenos são mantidos como uma forma de reserva de valor, comprados a um preço para serem vendidos a preços mais elevados quando a área se valorizar economicamente.

O problema dessa prática é a obsolescência de muitos lotes, que permanecem sem uso, assemelhando-se a terrenos baldios. Isso dificulta o acesso a terrenos a preços acessíveis para aqueles que realmente desejam construir, resultando em um entrave ao processo de urbanização da área. A ausência de moradores desestimula a atração de outros setores econômicos, especialmente o comércio, e a implementação de infraestruturas que poderiam melhorar a qualidade de vida no local. Como mencionado anteriormente, serviços essenciais como esgotamento sanitário, pavimentação de ruas, construção de calçadas e abastecimento de água dependem do número de moradores na área.

A partir do ano de 2020, na extensão da PB-104, na saída de Esperança para a cidade de Areial, surgiram estabelecimentos industriais e comerciais, em locais ainda considerados zona rural. Um deles é um pequeno complexo fabril que, apesar de a obra ainda não estar concluída, uma parte dela já abriga uma marcenaria, que produz materiais de construção em madeira e emprega diversos funcionários (figura 7). As obras prosseguem, e a área construída da fábrica está sendo ampliada.

Figura 7: Instalações de complexo fabril na zona rural de Esperança



Fonte: Acervo do autor, 2024.

O outro estabelecimento pertence a mais uma empresa do ramo de materiais de construção com matriz na cidade de Esperança. Trata-se de um centro de distribuição da Lau Comercial de Material de Construção, que já está em pleno funcionamento (figuras 8 e 9). Esses empreendimentos compartilham a paisagem com atividades agrícolas e ambientes essencialmente rurais, devido à proximidade com sítios, pastagens e lavouras.

Figura 8: Centro de Distribuição da LAU



Fonte: Acervo do autor, 2024.

Figura 9: Fachada do Centro de Distribuição da LAU



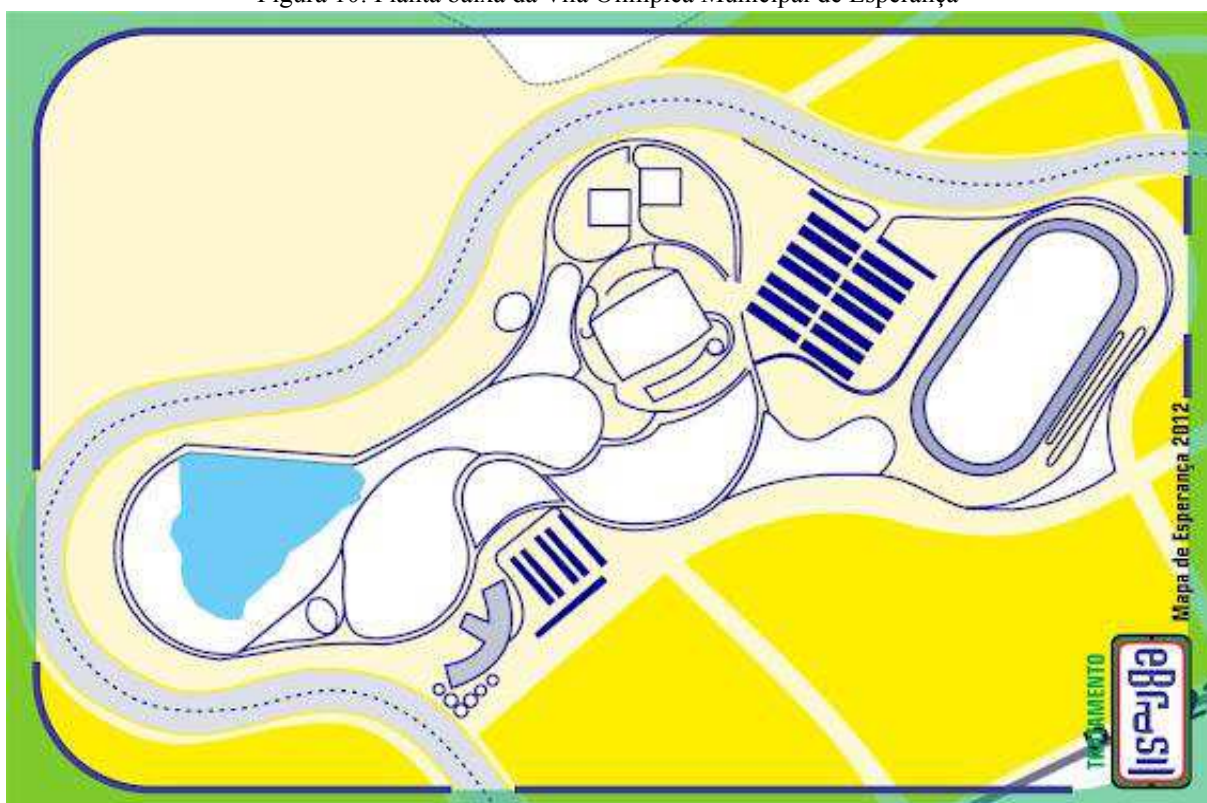
Fonte: Acervo do autor, 2024.

Em 2011, aproximadamente um ano após a aprovação do projeto de construção do IFPB e da doação do terreno pela prefeitura para essa obra, surgiu o projeto da gestão municipal para a construção da Vila Olímpica de Esperança. Esse projeto urbanístico foi adaptado para se adequar às imediações do campus do IFPB. Em seu planejamento, a obra teve um orçamento inicial de R\$ 8 milhões e está localizada em uma área que delimita o novo perímetro urbano de Esperança, situando-se entre o IFPB e o Bairro Portal (mapa 4).

O projeto de engenharia prevê a utilização de um terreno de aproximadamente 164.500 m². Neste espaço, estão planejados a construção de um ginásio esportivo, salas destinadas à prática de esportes e artes marciais, uma pista de atletismo, campo para lançamentos, piscina semiolímpica, arquibancadas, pista de cooper e um estacionamento (figura 10).

Considerada uma significativa obra de infraestrutura urbana, a Vila Olímpica foi projetada para atender às necessidades esportivas não apenas dos moradores locais, mas também de pessoas de outras cidades.

Figura 10: Planta baixa da Vila Olímpica Municipal de Esperança



Fonte: Esperança Reeditada, 2012.

Contudo, até o momento atual desta pesquisa, nenhum dos espaços planejados foi finalizado, e a maioria deles nem mesmo teve o início das obras. Desde o início da obra, observam-se ruas já pavimentadas, calçadas e edificações que possuem apenas o alicerce construído, além de outras estruturas de alvenaria que permanecem inacabadas

Durante o período desta pesquisa, constatou-se que o terreno destinado à construção da Vila Olímpica estava sendo empregado para o pastoreio de gado por parte dos criadores da localidade. Tal uso não se alinha com a finalidade pública inicialmente prevista para o projeto, e a vegetação local já começa a se mesclar com as estruturas parcialmente edificadas (figuras 11, 12, 13 e 14).

Figura 11: Parte de obra da Vila Olímpica Municipal de Esperança



Fonte: Acervo do autor, 2024.

Figura 12: Via pavimentada na Vila Olímpica Municipal de Esperança



Fonte: Acervo do autor, 2024.

Figura 13: Lago da Vila Olímpica Municipal de Esperança



Fonte: Acervo do autor, 2024.

Figura 14: Parte de obra da Vila Olímpica Municipal de Esperança



Fonte: Acervo do autor, 2024.

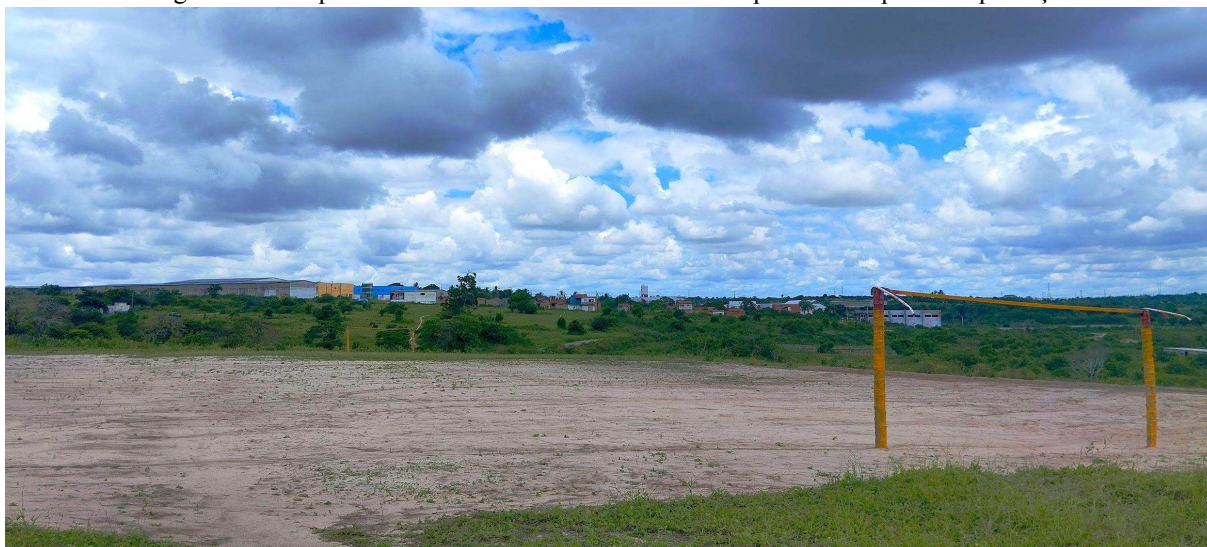
Em 2016, após a liberação de R\$ 2.171.520 para a continuidade das obras, o Ministério Público Federal instaurou um inquérito para investigar a construção devido a alegações de irregularidades. De acordo com reportagens da imprensa local, o Ministério Público da Paraíba afirmou que "não há serviços executados que justifiquem o pagamento deste montante".

Como indicativo da demanda por áreas de lazer, os jovens residentes nas imediações fazem uso do espaço para atividades esportivas improvisadas (Figura 15). No entanto, quanto ao progresso das obras, as administrações municipais responsáveis pela continuidade do

projeto justificam os atrasos com a demora no repasse dos fundos necessários para o financiamento. Elas asseguram que os trabalhos seguem em andamento.

Apesar dessas afirmações, uma visita ao local revelou um nível de atividade construtiva reduzido, o que é discrepante quando comparado à magnitude esperada para uma obra desse calibre.

Figura 15: Campinho de futebol no terreno da Vila Olímpica Municipal de Esperança



Fonte: Acervo do autor, 2024.

A Comunidade Cruz Queimada, integrada à dinâmica territorial urbana, é composta por trabalhadores e pequenos comerciantes. Sua origem é anterior ao surgimento de grandes projetos públicos, como o IFPB e a Vila Olímpica. Trata-se de uma comunidade em expansão, com um crescente número de residências e estabelecimentos comerciais, incluindo restaurantes, áreas de lazer privadas e oficinas mecânicas (figuras 16 e 17).

Devido à sua localização estratégica, Cruz Queimada é afetada diretamente pelas novas estruturas urbanas, especialmente porque os empreendimentos públicos mencionados estão sendo erguidos em suas proximidades. Com o início das operações da nova sede do IFPB, houve um incremento na circulação de pessoas, o que, por sua vez, impulsionou o consumo nos comércios locais, principalmente nos voltados à alimentação, como bares e restaurantes (figura 17). Esse fenômeno exemplifica o impacto positivo que a presença do campus exerce sobre a economia local.

Figura 16: Rua de acesso ao IFPB Campus Esperança (ao lado esquerdo, sede do IFPB; e, ao lado direito, Comunidade Cruz Queimada)



Fonte: Acervo do autor, 2024.

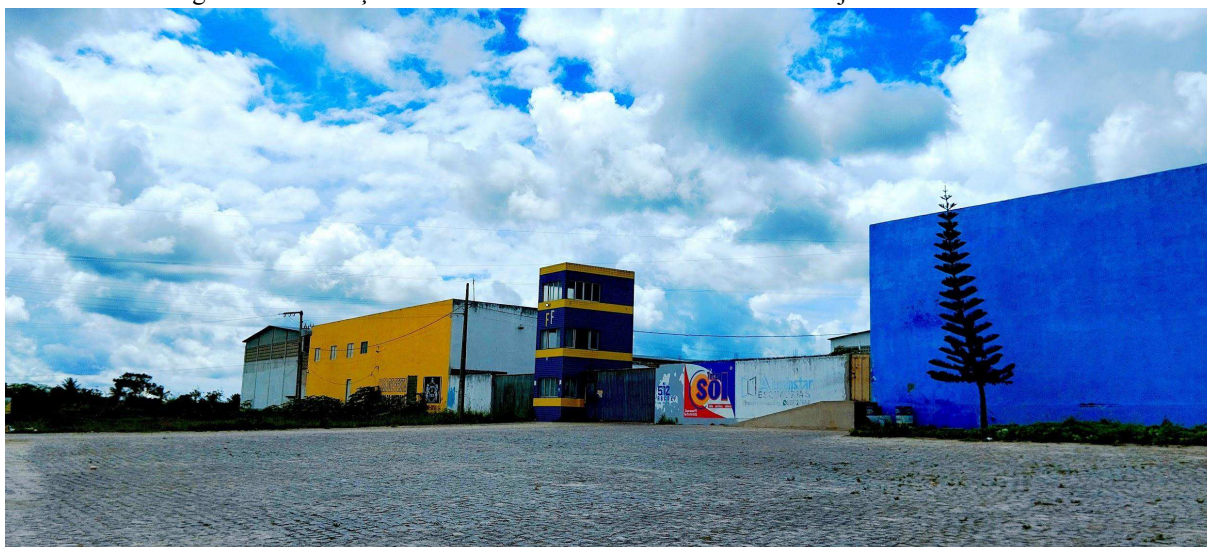
Figura 17: Pequeno bar e restaurante na Comunidade de Cruz Queimada



Fonte: Acervo do autor, 2024.

Além disso, Cruz Queimada está situada próxima a um amplo armazém, que anteriormente funcionava como sede e centro de distribuição da Ferro Comércio de Ferragens (figura 18), uma das maiores empresas de Esperança no segmento de materiais de construção. A antiga Ferro Ferragens declarou falência e o encerramento de suas atividades. Atualmente, as instalações que pertenciam à empresa, são ocupadas pela empresa Tintas Sol Indústria e Comércio Varejista de Tintas Ltda, que produz e comercializa tintas e materiais para pintura no local.

Figura 18: Instalações da Tintas Sol Industria e Comercio Varejista de Tintas Ltda

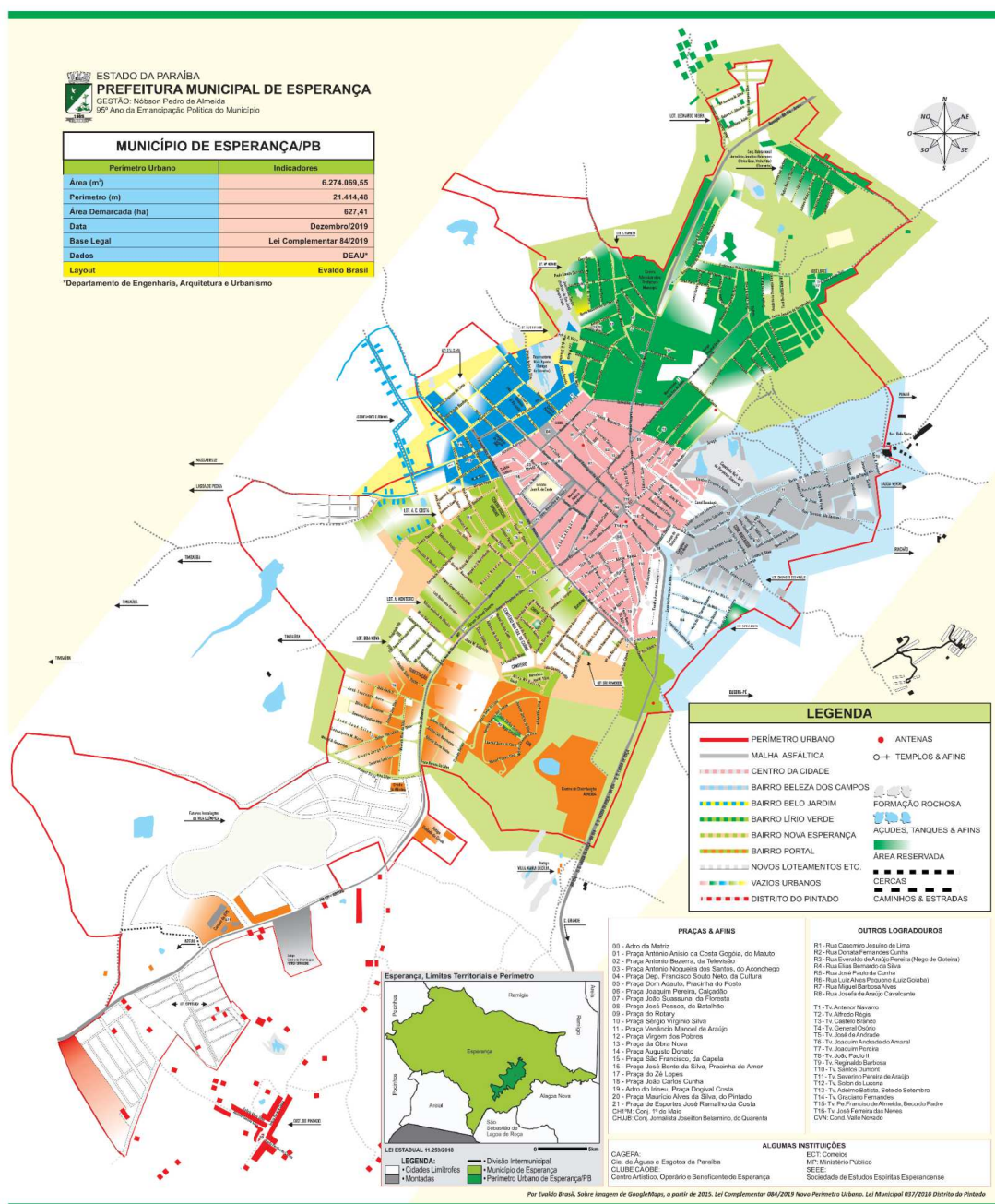


Fonte: Acervo do autor, 2024.

É indiscutível que, caso as obras da Vila Olímpica sejam finalizadas, elas trarão um impacto substancial ao espaço urbano da região, contribuindo significativamente para a melhoria da qualidade de vida dos moradores.

No ano de 2019, precisamente um ano antes da finalização das construções da nova sede do IFPB em Esperança, foi sancionada a Lei Complementar nº 084/2019. Esta legislação estabelece os limites do Novo Perímetro Urbano do município de Esperança (mapa 4). A delimitação atual, que permanece em vigor até a data desta pesquisa, abrange integralmente o Loteamento Esperança, nas unidades I e II; o campus do IFPB; o terreno em processo de construção da Vila Olímpica Municipal; diversos estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços; a Comunidade de Cruz Queimada, bem como outros loteamentos de menor extensão e propriedades rurais situadas nas adjacências.

Mapa 4: Macrozoneamento dos Bairros de Esperança/PB (2019-)



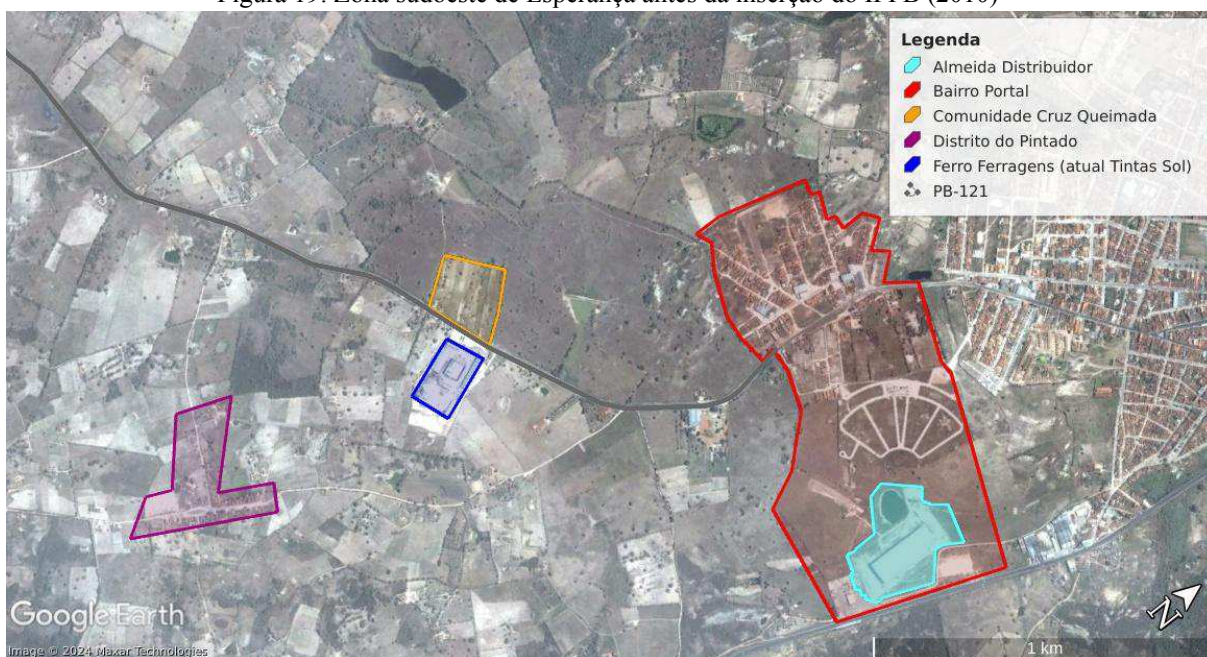
Fonte: Esperança, 2019.

O agrupamento dessas áreas residenciais e industriais, juntamente com o IFPB e a Vila Olímpica, forma um conjunto de proximidades notáveis. Embora estejam atualmente em processo de urbanização, a densidade populacional, a infraestrutura existente e o fluxo de pessoas e veículos ainda são consideravelmente menores se comparados às zonas que compunham o perímetro urbano até o ano de 2019. Contudo, a implementação dessas novas obras alterou significativamente a dinâmica territorial da área. Anteriormente dominada por

atividades predominantemente rurais, como a pecuária em terrenos cercados e o cultivo em pequenas propriedades agrícolas, tais atividades vêm se tornando cada vez mais escassas devido ao processo de urbanização. Além disso, todas essas obras de infraestrutura, oriundas tanto de iniciativas públicas quanto privadas, estão localizadas na direção sudoeste do centro da cidade, demonstrando que a tendência para a expansão urbana nessa direção já pode ser notada.

Para facilitar a visualização das transformações urbanas promovidas pela expansão da cidade, foram analisadas imagens de satélite das proximidades do campus do IFPB, área identificada como zona de crescimento. Seleccionamos duas imagens do Google Earth para essa análise. A primeira imagem data de 2010 (figura 19), período próximo à concepção do projeto de inserção do campus no município de Esperança, em 2009. A segunda é de 2022 (figura 20), ano próximo à inauguração e ao início do pleno funcionamento do campus, entre 2020 e 2021.

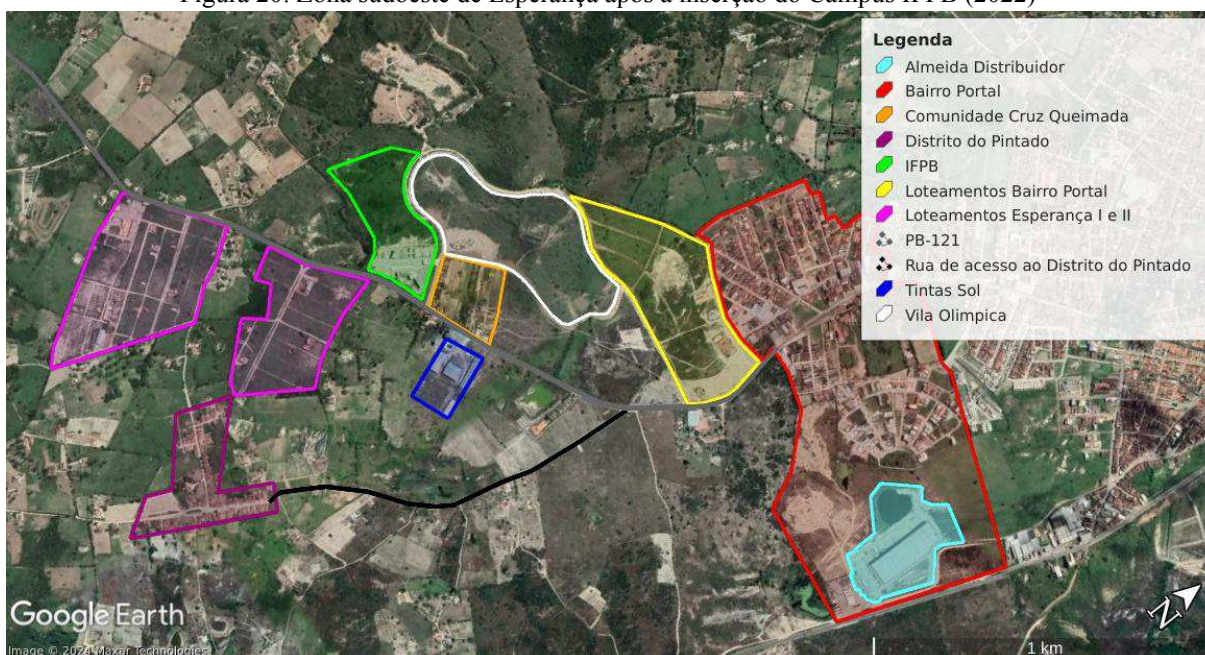
Figura 19: Zona sudoeste de Esperança antes da inserção do IFPB (2010)



Fonte: Google Earth, 2010.

A primeira imagem selecionada permite visualizar as mudanças ocorridas nos espaços rural e urbano. Ela mostra a área do campus em que as atividades agrícolas ainda predominavam, com pastagens, lavouras e pequenas áreas de mata preservadas. As construções urbanas eram escassas, destacando-se as instalações da antiga Ferro Ferragens e o Distrito Pintado, que na época era menor, além de estradas vicinais.

Figura 20: Zona sudoeste de Esperança após a inserção do Campus IFPB (2022)



Fonte: Google Earth, 2022.

Na segunda imagem, observam-se transformações significativas. O campus do IFPB já estava funcionando, havia vestígios da construção da Vila Olímpica e loteamentos nas áreas adjacentes, com ruas demarcadas, residências e edifícios comerciais. Contudo, é importante ressaltar que a imagem de 2022 não representa todas as transformações até o momento da pesquisa. Isso ocorre porque as imagens de satélite do Google Earth para essa área estão limitadas ao ano de 2022. Visitas ao local, que possibilitaram a produção das fotografias apresentadas neste trabalho, confirmam que há um número maior de residências e outros edifícios, como fábricas, áreas de lazer e centros logísticos, além de uma área construída no campus do IFPB maior do que a visível nas imagens. Isso indica que as transformações territoriais urbanas são mais extensas do que as representadas.

Diante do exposto, foi possível constatar um cenário de expansão urbana na cidade de Esperança, cujos principais agentes responsáveis já foram identificados: o setor imobiliário e as esferas governamentais, municipais e federal. Estes têm promovido políticas de desenvolvimento, tanto no âmbito educacional quanto em infraestruturas de mobilidade e ocupação urbana, transformando diversas zonas da cidade. No entanto, percebe-se que as imediações do campus do IFPB têm sofrido maiores transformações. Isso pode ser comprovado pela quantidade de empreendimentos públicos e privados que se concentram ali, embora grande parte dessa área ainda não esteja inserida no perímetro urbano.

As transformações observadas até então caracterizam a área de estudo como um local cada vez mais urbano. Antes disso, a periurbanização já se intensificava. Exemplos dessa

nova dinâmica urbana foram constatados em outras obras acadêmicas por diferentes autores, que incluíram no cerne de suas pesquisas o papel das instituições de ensino superior como vetores de crescimento e desenvolvimento das cidades. No caso de Esperança, compreende-se que este é um processo novo, cujos desdobramentos serão mais visíveis ao longo do tempo, o que demandará novos estudos mais aprofundados.

Desde a concepção de construção do Campus Esperança do IFPB, observou-se um conjunto de modificações no recorte social selecionado. Isso revela o interesse da administração local em criar um novo espaço urbano com usos especializados, na zona sudoeste da cidade de Esperança. A atividade econômica mais intensa nesta zona em expansão foi o setor de habitações, com o surgimento de loteamentos. Durante a pesquisa, percebeu-se que na zona já existiam pequenos povoados, como o Distrito do Pintado e a Comunidade Cruz Queimada, que, com a concentração populacional, vêm crescendo e se tornando importantes neste processo de urbanização.

As principais obras públicas, como o IFPB e a Vila Olímpica, são fomentadoras das transformações observadas. Com a presença do IFPB na área e o crescimento das atividades do campus, a tendência é que as imediações sejam valorizadas devido à procura por moradia fixa e transitiva por servidores e estudantes que frequentam o campus diariamente. A Vila Olímpica, inserida neste processo de transformação, enfrenta, contudo, o atraso excessivo em sua conclusão, o que se torna um empecilho para a melhoria da qualidade de vida dos moradores adjacentes. Além disso, a potencialidade de ocupação da área por novos moradores e o surgimento de novos serviços seria maior caso o projeto da Vila Olímpica fosse concretizado.

CONCLUSÃO

A análise da dinâmica socioeconômica dos municípios da RME evidenciou que, apesar de Esperança apresentar um mercado de trabalho mais ativo e uma economia local em crescimento, ainda não se configura como um centro metropolitano pleno, capaz de atrair e integrar os municípios vizinhos em uma malha urbana contínua. A cidade de Esperança, embora possua atributos significativos como a maior população da RME e uma economia dinâmica, ainda não exerce influência regional suficiente para que se caracterize como uma centralidade metropolitana efetiva.

Campina Grande, por sua vez, destaca-se como um polo de atratividade, com um comércio intenso e uma oferta ampla de serviços públicos e privados, exercendo uma influência pendular sobre os municípios circunvizinhos, incluindo Esperança.

Apesar de ter sido constatado, por meio da presente pesquisa, um baixo nível de integração entre os municípios que compõem a RME, mencionar esse recorte territorial foi relevante para compreendermos o papel regional de Esperança em relação aos municípios vizinhos. Esses municípios representam a área de abrangência de atendimento do IFPB Campus Esperança. Além disso, a criação de uma região metropolitana, com Esperança como núcleo, evidencia as articulações políticas locais para a implementação de políticas públicas de desenvolvimento no município, com potencial impacto positivo também nos demais municípios da Região.

Neste sentido, a implementação de políticas públicas, como a expansão dos IFs, e a potencial instalação de um campus do IFPB em Esperança, podem ser fomentadores para o desenvolvimento regional e urbano. Através da análise das transformações urbanas na cidade de Esperança a partir da isenção do IFPB, demonstrou que políticas públicas desse tipo têm o potencial de dinamizar os sistemas urbanos, reestruturar morfologicamente as cidades e aumentar o nível de integração regional, beneficiando não apenas a cidade que sedia a instituições de ensino, como também as cidades que estão em sua área abrangência.

Assim, a cooperação institucional e administrativa entre os municípios da RME é fundamental para superar os desafios comuns. A efetivação do Conselho de Desenvolvimento da RME, ainda não implementado, seria uma medida importante para a mobilização de recursos e a implementação de projetos que atendam às necessidades da região.

Portanto, enquanto Esperança avança em seu desenvolvimento socioeconômico, a colaboração entre os municípios da RME e a busca por políticas públicas integradas são essenciais para fortalecer a região como um todo, promovendo um desenvolvimento mais

equilibrado e sustentável. A consolidação de Esperança como um Centro de Zona A pelo IBGE é um reconhecimento de seu potencial, mas também um lembrete das oportunidades de crescimento que ainda podem ser exploradas através de uma gestão cooperativa e estratégica.

Ainda conforme a análise das relações regionais que a cidade de Esperança mantém com outros centros urbanos e municípios próximos, a denominação dessa cidade como metrópole não condiz com os critérios técnicos mínimos para caracterizar um processo de metropolização, critérios estes utilizados nos mais importantes estudos voltados ao tema no Brasil, tais como as Regiões de Influência das Cidades (REGIC), do IBGE. Isso confirma que o problema da classificação das RMs pelos estados está baseado no fato de que tais regiões são estabelecidas mediante rudimentos políticos objetivados pela destinação de recursos públicos para determinados locais.

A expansão urbana de Esperança, impulsionada pela dinâmica do mercado imobiliário, reflete a complexa interação entre o desenvolvimento econômico e a organização espacial. A atuação dos agentes imobiliários, em conjunto com as políticas públicas, tem promovido o crescimento da cidade, marcado pela valorização de áreas específicas e pela segregação espacial.

Esse processo de urbanização, enquanto fenômeno intrínseco ao capitalismo, revela-se na transformação das estruturas urbanas e na redefinição do uso do solo, onde o centro da cidade se consolida como um polo comercial, ao passo que a periferia se expande através de loteamentos e construções voltadas para diferentes classes sociais. Contudo, essa expansão não é acompanhada por um planejamento urbano que contemple as necessidades sociais, resultando em disparidades de infraestrutura e qualidade de vida.

A análise de Costa (2017) e Oliveira (2020) evidencia que, apesar dos esforços para um ordenamento urbano mais estruturado, como o Plano Diretor Participativo de 2006, Esperança ainda enfrenta desafios significativos. A cidade necessita de uma gestão urbana que priorize o bem-estar coletivo e que possa mitigar os efeitos da especulação imobiliária, promovendo um desenvolvimento mais inclusivo e sustentável.

Neste sentido, Esperança se revela como um exemplo de como as forças do mercado, aliadas à ausência de diretrizes claras de planejamento urbano, podem moldar o espaço de maneira a beneficiar interesses econômicos específicos, em detrimento de visões mais abrangentes, que integrem as dimensões social e ambiental na construção do espaço urbano.

A expansão da cidade impulsionada pela intensificação dos loteamentos e pela dinâmica imobiliária, reflete uma transformação significativa no tecido social e econômico da região. O crescimento de bairros como o Portal e a urbanização de distritos periurbanos, como o

Pintado, evidenciam uma transição de uma paisagem predominantemente rural para uma cada vez mais urbana.

A migração da população rural para áreas urbanizadas ou em processo de urbanização, motivada pela busca de oportunidades de emprego e melhores condições de vida, tem contribuído para o declínio das atividades agrícolas. Simultaneamente, a dinâmica imobiliária tem criado uma valorização dos terrenos, atraindo investimentos e incentivando a construção de novas residências e infraestruturas urbanas.

No entanto, esse processo não está isento de desafios. A falta de infraestrutura básica, como saneamento e transporte público eficiente, e a manutenção de lotes sem uso, que dificultam o acesso a moradias a preços acessíveis, são obstáculos que precisam ser superados para garantir o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida dos habitantes.

As iniciativas públicas, como a construção da Vila Olímpica Municipal e a pavimentação de estradas, juntamente com os investimentos privados em loteamentos e empreendimentos comerciais, são passos importantes nessa direção. Contudo, é essencial que tais projetos sejam concluídos e que as políticas públicas sejam efetivamente implementadas para atender às necessidades da população em constante crescimento.

Portanto, este trabalho evidenciou que Esperança presencia um importante cenário de sua evolução urbana, onde as decisões atuais, tomadas por agentes públicos e privados, decidem qual será o direcionamento das transformações urbanas que já estão ocorrendo, e as potencialidades desse processo.

REFERÊNCIAS

Araújo, Maize Sousa Virgolino de. **Um estudo da expansão da educação superior no IFPB: desafios institucionais e alcance social**. Orientador: Antônio Cabral Neto. 2019. 265 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

BÚ, José Cícero do. **Avaliação da Conjuntura socioeconômica e disponibilidade hídrica na formação da Região Metropolitana de Esperança-PB**. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2014.

BRASIL. **Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015**. Institui o Estatuto da Metrópole, altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13089.htm. Acesso em: 25 de março de 2024.

CORRÊA, Lobato. **As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural**. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, N° 30, pp. 05 - 12, 2011.

CORRÊA, Lobato. **Região e Organização Espacial**. São Paulo: Editora Ática, 7ª Edição 2000.

COSTA, Edvanilson Alves da. **Análise do Crescimento Urbano de Esperança - PB**. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Geografia) - Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2017.

ENDLICH, Ângela. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná**. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2006.

ESPERANÇA. **Lei complementar nº 41, de 30 de novembro de 2006**. Dispõe sobre o Plano Diretor Participativo de Esperança e dá outras providências. Esperança: Câmara Municipal, 2006. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-esperanca-pb>. Acesso em: 28 de dez. 2023.

EXPANSÃO DA REDE FEDERAL. **Portal MEC**, [s.d.]. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/setec-programas-e-acoes/expansao-da-rede-federal>. Acesso em: 20 de março de 2024.

GONÇALVES, Lucas Medeiros do Nascimento. **Processos de transformação da área e estrutura urbana na cidade de Picuí-PB**: Um recorte pós campus IFPB (2008 – 2019). 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Geografia) - Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2019.

GOVERNO FEDERAL ANUNCIA 100 NOVOS CAMPI DE INSTITUTOS FEDERAIS.

Gov.br, 12 de março de 2024. Disponível em:

<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2024/03/governo-federal-anuncia-100-novos-campi-de-institutos-federais>. Acesso em: 20 de março de 2024.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. Tradução Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

IBGE. **Cadastro Central de Empresas 2021**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/industria/9016-estatisticas-do-cadastro-central-de-empresas.html>. Acesso em: 24 de abril de 2024.

_____. **Cidades e Estados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em:

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/esperanca/panorama>. Acesso em: 1 de março de 2024.

_____. **Regiões de influência das cidades**: 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível

em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101728_folder.pdf. Acesso em: 25 de março de 2024.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL E ESTADUAL DA PARAÍBA.

Atlas do IDHM 2013: Perfil de Esperança, PB. João Pessoa: IDEME, 2013. Disponível em:

https://ideme.pb.gov.br/servicos/perfis-do-idhm/atlasidhm2013_perfil_esperanca_pb.pdf/view. Acesso em: 13 de dezembro de 2023.

INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA (IFPB). **Plano de Desenvolvimento Institucional 2020-2024**. João Pessoa: IFPB, 2020. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/transparencia/pdi>. Acesso em: 18 de março de 2023.

NETO, Antônio Cabral; ARAÚJO, Maize Sousa Virgolino de. Expansão da Educação Superior no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba: os delineamentos no período 2008-2015. **HOLOS**, [S. l.], v. 4, p. 1–21, 2020. DOI: 10.15628/holos.2020.9903. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/9903>. Acesso em: 25 mar. 2024.

MACEDO, F. C. et al. (org.). **Universidade e Território**: ensino superior e desenvolvimento regional no Brasil do século XXI. Brasília: Ipea, 2022.

Mapa. **Prefeitura Municipal de Esperança**, [s.d.]. Disponível em: <https://www.esperanca.pb.gov.br/a-cidade/mapa>. Acesso em: 20 de dezembro de 2023.

MAX-NEEF, M. A. Desarrollo a escala humana, 1996. In: Valcárcel, G. Desarrollo local y medio ambiente. La Iniciativa comunitária LEADER. Cuenca, Diputación de Cuenca. In: Carpio Martín, José. **Desarrollo local para un nuevo desarrollo rural**, Madrid: Departamento de Geografía Humana, UCM, 2000.

OBRA DE R\$ 8 MILHÕES É INVESTIGADA POR SUPOSTA IRREGULARIDADE NA PARAÍBA. **G1**, 29 de outubro de 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2016/10/obra-de-r-8-milhoes-e-investigada-por-suposta-irregularidade-na-paraiba.html>. Acesso em: 10 de dezembro de 2023.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Níveis de Integração dos Municípios Brasileiros em RMs, RIDEs e AUs à dinâmica da metropolização**. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles, 2012. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/wp-content/uploads/2020/01/NÍVEIS-DE-INTEGRAÇÃO-DOS-MUNICÍPIOS-BRASILEIROS-EM-RMs-RIDEs-e-AUs-À-DINÂMICA-D-A-METROPOLIZAÇÃO.pdf>. Acesso em: 25 de março de 2024.

OLIVEIRA, Gustavo Bertoldo de. **Uma cidade pequena e sua centralidade**: perfil geográfico de Esperança-PB. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2021. Campina Grande, 2020.

OLIVEIRA, Sergio. **Desenvolvimento local e organização sócio-espacial**. Universidad Complutense de Madrid. INTERAÇÕES: Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Vol. 4, N. 6, p. 47-53, 2003.

PAIVA, Rute Soares. **Expansão da rede de ensino técnico e superior no estado do Rio Grande do Norte**. 2015. 183 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

PARAÍBA. **Lei complementar nº 106, de 8 de junho de 2012**. Dispõe sobre a criação da Região Metropolitana de Esperança - RME e cria o Conselho de Desenvolvimento da RME, modifica dispositivo da Lei complementar nº 92 de dezembro de 2011 e dá outras providências. João Pessoa: Assembleia Legislativa da Paraíba, 2012. Disponível em: <https://www.auniao.pb.gov.br/servicos/doe/2012/junho/diario-oficial-09-06-2012.pdf>. Acesso em: 28 de dezembro de 2023.

SANTOS, Milton. **Manual de geografia urbana**. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SATÉLITE VILA OLÍMPICA VSGM TRATO 2023. **Esperança Reeditada**, 2015.

Disponível em:

<https://www.xn--esperanareeditada-gsb.com/2015/04/vila-olimpica-esperancapb.html>. Acesso em: 13 de dezembro de 2023.